

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**TETÃ, TEKOHAS, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS: OS GUARANI
E KAIOWÁ E A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI**

Liziane Neves dos Santos

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**TETÃ, TEKOHAS, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS: OS
GUARANI E KAIOWÁ E A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI**

LIZIANE NEVES DOS SANTOS

Sob a Orientação do(a) Professor(a)
Roberta Carvalho Arruzzo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237t Santos, Liziane Neves dos, 1991-
TETÃ, TEKOHAS, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS: OS
GUARANI E KAIOWÁ E A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI. /
Liziane Neves dos Santos. - Nova Iguaçu, 2019.
64 f.

Orientador: Roberta Carvalho Arruzzo.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Geografia, 2019.

1. Fronteira Internacional. 2. Conflito
territorial. 3. Mobilidade Guarani. I. Arruzzo,
Roberta Carvalho, 1980-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Geografia III. Título.

APROVAÇÃO DA BANCA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LIZIANE NEVES DOS SANTOS

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO OU TESE APROVADA EM 05/12/2019.

Roberta Carvalho Arruzzo, Profª. Dra. PPGGEO-UFRRJ

Orientadora

Juliana Grasiéli Bueno Mota, Profª. Dra. PPGG-UFGRD

André Santos da Rocha, Prof. Dr. PPGGEO-UFRRJ

“Nas veias abertas da América Latina
Tem fogo cruzado queimando na esquina
Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil
Se a justiça é cega, a gente pega quem fugiu
Justiça é cega
Esta ciudad es la propiedad del señor matanza
Esa olla, esa mina, y esa finca u esse mar
E ese paramilitar, son propiedad del señor matanza
Ese federal, ese chivato y ese sapo, el sindicato y el bispo,
el general son propiedad del señor matanza
Buenas jiniteras y alcohol, están bajo control
La escuela y el monte de piedad son propiedad del señor
matanza
El decide lo que va, dice lo que no será
Decide quien la paga, dice quien vivira
Esa y esa tierra y esse bar son propiedad
son propiedad del señor matanza”

(Baiana System e Mano Chao, Sulamericano)

AGRADECIMENTOS

Acreditando que em nosso desenvolver não estamos sozinhos, gostaria de agradecer aqueles que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Com isso, agradeço minha família pelo apoio, paciência e amor ao qual tem por mim. Nada disso seria possível sem o apoio de vocês, em especial minha mãe Valéria, meu pai Luiz, minha irmã Lidiane e minhas sobrinhas Manuela e Fernanda (que ainda nem nasceu, mas que já tenho amor por esta pequena).

À minha orientadora, Roberta Arruzzo, agradeço por ter se tornado uma amiga e apoio em diversos momentos. Uma pessoa maravilhosa que tive o privilégio de dividir minha vida acadêmica. Sem dúvida é inspiração tanto no campo profissional, quanto como pessoa. É gente, que tem empatia e tenta compreender realidades que não são as suas, é alegria e entusiasmo com as pessoas ao seu redor e muito amor também nos seus projetos. Muito obrigada por dividir essas andanças comigo, troca de saberes, e compartilhar o que estava ao seu alcance para contribuir para meu desenvolvimento, além das merecidas broncas.

Aos meus amigos que vieram nessa caminhada comigo, fizeram os dias e as aulas serem mais leves, compartilhando risadas e perrengues. Nos dias de silêncio, acalanto com palavras amigas e conversas sobre as dificuldades da escrita. A Gustavo, Anderson, Vinícius, Priscilla e Lucas. A Flávia que caminha comigo desde a graduação e mantemos as trocas de saberes e afeto. Agradeço pelos dias que passamos juntos e pela preocupação um com outro, não poderia estar em outra turma.

A minha amiga e irmã, Camila Fernandes, agradeço por estar do meu lado e caminhar comigo na vida. Debater as angústias e as alegrias, e rir delas em estado de êxtase e às vezes de desespero. A graduação sem você não seria a mesma, e digo o mesmo pela pós-graduação que me incentivou mesmo eu não acreditando em mim, e se conseguiria continuar.

À Shamila Del Prete, Daiala Saltoris, Igor Gustavo (Pala), Willian Rocha, Daniel Macedo e Luiza Azevedo meus queridos amigos, agradeço pelo companheirismo, atenção, acolhida e afeto que construímos, e alegrias compartilhadas.

Agradeço as trocas de saberes e a leveza ao compartilhar sua experiência conosco com os Guarani e Kaiowá, ao nosso querido Rubinho (em memória), sua contribuição foi incrível para compreender os processos realizados na questão indigenista e o alegre encontro contigo nas tardes do projeto.

Agradeço a Larissa Gomes, que se tornou amiga e apoio nessa reta final do texto, que dividiu comigo algumas das angustias da vida acadêmica, risadas e trabalho no cultivo da horta.

Agradeço também aos amigos e familiares que não nomeei aqui, porém contribuíram direta e indiretamente para que minha formação na graduação e na pós-graduação fosse possível. Muito obrigada, que tenhamos mais trocas e que crescamos juntos cada vez mais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001/This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

Os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, sofre ao longo dos anos uma sistemática e violenta expulsão de seus territórios. Essas ações refletiram na vida dos indígenas, em sua alimentação, religiosidade, economia. Para os Guarani e Kaiowá, a terra é intrínseca ao seu modo de ser e viver. No caso do Mato Grosso do Sul, na região do cone sul onde é localizado o grupo étnico citado, a proximidade com a fronteira internacional se apresenta como uma questão, pois em todo o território nacional as fronteiras são associadas a áreas de vulnerabilidades, com diversos casos de violência, disputa pelo controle de rotas de contrabando, narcotráfico, entre outras. Nesse sentido, a fronteira internacional pode ser vista como uma problemática enquanto contexto da disputa territorial entre indígenas e fazendeiros, que tem diferentes construções de território e fronteira. A fronteira internacional entre o Brasil e o Paraguai foi demarcada através de uma lógica colonial, atravessando a organização dos Guarani e Kaiowá. Os guarani manifestam sua espacialidade em continuidade a sua ontologia, o que gera embates e questionamentos para favorecer os fazendeiros nos conflitos e direito a terra. Desse modo, através do levantamento bibliográfico e de dados publicados em veículos de mídia, analisamos a relação do Guarani e Kaiowá com a fronteira internacional.

Palavras-chave: Fronteira internacional; Conflito territorial; Mobilidade guarani.

ABSTRACT

The Guarani Kaiowá, in Mato Grosso do Sul, has suffered over the years a systematic and violent expulsion from their territories. These actions reflected on the life of indigenous peoples, their diet, religiosity, economy. For the Guarani and Kaiowá, the land is intrinsic to their way of being and living. In the case of Mato Grosso do Sul, in the region of the southern cone where the cited ethnic group is located, the proximity to the international border presents itself as an issue, because throughout the national territory borders are associated with areas of vulnerability, with several cases of violence, disputes for the control of smuggling routes, drug trafficking, among others. In this sense, the international border can be seen as a problem as a context of the territorial disputes between indigenous people and farmers, which has different territory and border constructions. The international border between Brazil and Paraguay was demarcated through a colonial logic, crossing the organization of the Guarani and Kaiowá. The Guarani manifest their spatiality in continuity with their ontology, which generates clashes and questions to favor farmers in conflicts and right to land. Thus, through bibliographic survey and data published in media outlets we analyze the relationship of Guarani and Kaiowá with the international border.

Key words: International frontier; Territorial conflict; Guarani Mobility.

RESUMEN

Los Kaiowá Guaraní, en Mato Grosso do Sul, han sufrido a lo largo de los años una expulsión sistemática y violenta de sus territorios. Estas acciones se reflejaron en la vida de los pueblos indígenas, en su religiosidad alimentaria, economía. Para los guaraníes y los kaiowá, la tierra es intrínseca a su forma de ser y de vivir. En el caso de Mato Grosso do Sul, en la región del cono sur donde se encuentra el grupo étnico antes mencionado, la proximidad a la frontera internacional se presenta como un problema, porque en todo el territorio nacional las fronteras están asociadas con áreas de vulnerabilidad, con varios casos de violencia, por el control de las rutas de contrabando, el narcotráfico, entre otros. En este sentido, la frontera internacional puede considerarse como un problema como un contexto de disputa territorial entre los pueblos indígenas y los agricultores, que tiene diferentes construcciones de territorio y frontera. La frontera internacional entre Brasil y Paraguay fue demarcada a través de una lógica colonial, cruzando la organización de los guaraníes y Kaiowá. Los guaraníes manifiestan su espacialidad en continuidad su ontología, que genera enfrentamientos y preguntas para favorecer a los agricultores en conflictos y derechos a la tierra. Así, a través de la encuesta bibliográfica y los datos publicados en los medios de comunicación analizamos la relación entre Guaraní y Kaiowá y la frontera internacional.

Palabras-clave: Frontera internacional; Conflicto territorial; Movilidad guaraní.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I. TEKOKHA E TERRITÓRIO: UMA TENTATIVA DE DIÁLOGO CONCEITUAL	16
1.1 Decolonialidade e categorias nativas	16
1.2 Tekoha, Tekoha Guasu e Tetã: práticas e conceitos etnográficos da espacialidade Guarani e Kaiowá	19
1.3 Território e Tekoha	21
CAPÍTULO II. CONFLITOS TERRITORIAIS ENTRE OS GUARANI E KAIOWÁ E O FAZENDEIROS E A PROXIMIDADE DA FAIXA DE FRONTEIRA	25
2.1 Andanças da questão territorial	25
2.2 Viver a margem: Situação de fronteira e sua apropriação pelos fazendeiros e funai	32
2.2.1 A fronteira internacional	38
CAPÍTULO III. ÑANDE RU MARANGATU E A FRONTEIRA INTERNACIONAL	46
3.1 Memórias do esbulho à luta pela homologação	46
3.1.1 As violências sistemáticas contra a ocupação tradicional	54
3.2 O <i>Tekoha</i> Guasu e os trânsitos na fronteira Brasil x Paraguai	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

Os Guarani são um grupo étnico que atualmente se encontra vivendo em partes dos países Paraguai, Brasil, Bolívia e Argentina. Os Guarani se subdividem em 3 subgrupos: Mbya, Kaiowá e Ñandeva (que também podem ser chamados de Ava Guarani) e que se diferenciam através de algumas práticas culturais e linguísticas. Parte de sua população está presente no Brasil nas regiões sudeste, sul, norte e centro-oeste. A maior população de Guarani no Brasil se concentra no estado de Mato Grosso do Sul, sendo pertencentes aos subgrupos Kaiowá e Ñandeva, que é a população que enfocamos e que adotamos como denominação Guarani e Kaiowá¹.

No estado do Mato Grosso do Sul, os Guarani e Kaiowá enfrentam um intenso conflito territorial com diversos grupos sociais, em especial os produtores rurais. Este conflito, como veremos, está relacionado sobretudo ao grande esforço político e territorial deste povo para tentar reconquistar parte de seus territórios tradicionais. O que aqui chamamos de territórios tradicionais são as áreas que os Guarani e Kaiowá tradicionalmente ocupavam e que sofreram uma sequência de ações que contribuíram para sua sistemática expropriação desde fins do século XIX e ao longo de todo o século XX. Analisaremos brevemente este processo a seguir.

A Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida como Guerra do Paraguai, ocorreu entre os anos de 1864 a 1870 em território Pai-tavyterã e Kaiowá. A presença das tropas brasileiras e paraguaias teve uma grande interferência na região, que já participava de um processo de ocupação de viajantes demarcadores (CHAMORRO, 2015 p. 105). Os trabalhos de catequização iniciado pela igreja católica foram dispersados durante o conflito, colocando fim aos aldeamentos “cayuás”. Dessa forma, os indígenas já retirados de suas terras passam por outro processo de remoção devido aos combates realizados na região. Chamorro (2015) aponta ainda que a participação de indígenas que colaboram com as tropas brasileiras para defesa do território. Com a guerra houve uma extensão do Estado sobre as fronteiras indígenas, o que ocasionou também um aumento do deslocamento desses indígenas, que durante o conflito buscavam se esconder para proteção e por motivações religiosas, como aponta Pablo Barbosa (2013).

Em 1895 houve a implantação da Companhia Mate Laranjeiras nas terras devolutas localizadas entre os limites da Província do Mato Grosso com a República do Paraguai e que foram concedidas ao comerciante Thomaz Laranjeira por serviços prestados durante a Guerra do Paraguai (1864 -1870). A instalação da companhia foi entendida como estratégia para iniciar uma atividade econômica no estado, com a extração dos ervais nativos e a como ação geopolítica para proteção da fronteira internacional no período posterior à Guerra do Paraguai (BRAND et. al, 2005). A companhia através de prorrogações da concessão de arrendamento estendeu sua área de atuação, adentrando assim áreas ocupadas por indígenas. Com isso a empresa foi responsável por diversos deslocamentos de famílias e núcleos familiares devido à colheita da erva mate (CHAMORRO, 2015; BRAND, 2004). Além disso, a empresa utilizava mão de obra indígena para colheita dos ervais, tendo por diversas vezes estabelecido relações de trabalho escravistas e exploratórias.

No período entre 1915 a 1928, o recém-criado Serviço de Proteção ao Índio (SPI), demarcou oito Reservas Indígenas (RI), são elas Amambai, Caarapó, Dourados, Porto Lindo, Taquaperi, Sassoró, Limão Verde e Pirajuí, com área total de 18.297 ha. Com a criação das RIs, há a remoção sistemática e truculenta dos indígenas para essas áreas de pequena extensão. Nas reservas os Guarani e Kaiowá foram sendo removidas de seus territórios tradicionais a partir de ameaças, promessas falsas e uma série de estratégias apoiadas pelo

¹Como utilizado regionalmente e por diversos autores (BENITES, 2013; BRAND, 2004, 2005; CHAMORRO, 2015; THOMAZ DE ALMEIDA, 2001)

órgão tutor. Para o SPI, as RIs sanariam a demanda por terra dos indígenas e abririam as áreas por eles (des)ocupadas para outras atividades, incluindo agricultura. Porém, essa forma de agrupamento, organização espacial e remoção não correspondem ao que os Guarani entende como sua dinâmica territorial e de organização social. Neste sentido, diversas famílias permaneceram em seus territórios tradicionais, que ao longo do século XX se tornariam fazendas (BRAND, 2001).

No governo de Getúlio Vargas (1937–1945), há um fortalecimento da ideia e das ações voltadas para a necessidade de integrar áreas consideradas “vazias” e expandir a produção agrícola para atender a demanda do crescimento da industrialização. Nesse momento, a Companhia Mate Laranjeiras tinha pouca relevância no mercado nacional, uma vez que sua produção era voltada principalmente para exportação, tendo a Argentina como principal destino (MENEZES, 2010). Nesse contexto, na década de 1940 o governo instalou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), dando descontinuidade as atividades da Companhia Mate Laranjeiras e buscando explorar o potencial agropecuário, fomentou a vinda de produtores através de concessão de terras. A oferta de benefícios para migração de produtores e trabalhadores para o sul do Mato Grosso², a qualidade das terras e o seu baixo custo em relação aos demais estados, acarretou um intenso movimento de migração.

Em consequência a essa política de integração nacional, a Marcha para Oeste, ocorreu um grande fluxo migratório no estado, aumentando assim a densidade populacional e a produção regional. A partir de 1970, durante os governos militares e com o processo mais acelerado de modernização da agricultura, houve um crescimento da produção de grãos, em especial no sul do estado. Neste contexto, se destacam a soja a partir de 1970, do milho em fins de 1980 e da cana-de-açúcar que se inicia nos anos 1980 e volta a apresentar forte crescimento nos anos 2000 (IBGE). Segundo Bernardes e Arruzzo,

“a ocupação mais efetiva da região por não-índios começa a tomar corpo em meados no século XX, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, gerando inúmeras situações problemáticas e conflituosas, além de grandes mudanças no quadro regional, que foram se acentuando nas décadas posteriores, a partir principalmente de 1970. Neste período, com a mecanização da agricultura, se intensificam as expulsões dos Kaiowá que viviam em “aldeias de fundo de fazenda” e, conseqüentemente, as resistências” (2016: 23)

Em fins da década de 1970, porém, os Guarani e Kaiowá começam um processo de resistência à expropriação territorial que se organizou, em grande parte, associado ao movimento de realização de grandes assembleias, chamadas de AtyGuasu, nas quais organizam e legitimam os processos de entrada ou retomada. As entradas consistem nas ações realizadas pelos indígenas para reaver seus territórios, o movimento de adentrar as terras, sendo utilizado usualmente o termo retomada pelos aliados dos Guarani e Kaiowá (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001). Somado a isto, estas ações começam a surtir efeito e resultar em novas demarcações de Terras Indígenas, além de encontrarem respaldo na Constituição de 1988. Como resultado efetivo, foram demarcadas ou homologadas inicialmente oito Terras indígenas, sendo elas a Takuaraty- Yvykuarusu, Rancho Jacaré, Piracua, Jaguapiré, Jaguari, Jarara, Guasuti e Sete Cerros (CHAMORRO, 2015).

Estas ações de retomada não ocorrem sem um forte processo de reação dos fazendeiros. Estes passam a agir de formas diversas para conter as ações de retomadas e as demarcações das Terras Indígenas. Dentre as estratégias há, por exemplo, ações judiciais para reintegração de posse e a contratação de pistoleiros e empresas de segurança privada para coagir os indígenas através de violência física e psicológica.

² O estado do Mato Grosso do Sul foi emancipado na década de 70, sendo antes parte da região sul do estado do Mato Grosso.

Diante do contexto territorial, e as expropriações ocorridas no Mato Grosso do Sul, observamos que a localização do estado por estar inserido num contexto de faixa de fronteira teve alguns episódios em que a usaram como justificativa para ações de barbárie com os povos indígenas da região, em especial aos Guarani e Kaiowá que tem suas aldeias em proximidade localizadas dentro da faixa de fronteira. Em alguns casos, as aldeias estão a margem de limites físicos que separam os dois países, originando boatos e questionamentos sobre a nacionalidade dos guarani. A fronteira internacional foi utilizada como argumento para adentrar as áreas consideradas como “vazios demográficos” e a proteção da fronteira em diversos momentos históricos, esses movimentos impactaram o cotidiano e as organizações políticas e sociais dos indígenas. A demarcação da fronteira internacional foi construída através da racionalidade ocidental, do que entendemos como parte do território nacional, não englobando outras noções espaciais. Porém, através desse modo de espacialização e demarcação, outras formas de ver e organizar o ‘mundo’ são ignoradas, criando sobreposição de territórios e os atravessando impondo nosso modo de organização espacial e de sociedade cartesiana.

Para os Guarani e Kaiowá, muito mais importante que a fronteira internacional são suas relações de parentesco e sua territorialidade. As relações dos Guarani e Kaiowá são alianças intercomunitárias e matrimoniais, e essa área para ocupação tradicional indígena que comporta essas relações se estende em uma grande demanda territorial, o *Tekoha* Guasu (CHAMORRO, 2015). No entanto, *Tekoha* Guasu não é tão somente uma área extensa de ocupação dos Guarani e Kaiowá mas sim um território em rede, que inclui diversas atividades das famílias extensas, com espaço para coletas, pesca, caça, habitação e ritual religioso que constroem essas redes de relações intercomunitária (BENITES, 2014). Dessa forma, podemos considerar que a construção do território Guarani constituir seu modo de ser e viver em um dado mais amplo advém de limites contrários a lógica de estrutura colonizadora, pois não considera as delimitações relacionadas à produção e utilização da terra com olhar meramente mercantil.

Esta questão, comum aos continentes colonizados, permanece ainda nos dias atuais em diversos contextos latino-americanos. Porto-Gonçalves (2009), por exemplo, discute o termo *Aby Ayala* para representar o continente americano sob perspectiva indígena, como território dos povos originários. O termo é utilizado em contraponto a América que

“se impôs a esses diferentes povos e nacionalidades no momento em que começaram a superar o longo processo de isolamento político a que se viram submetidos depois da invasão de seus territórios, em 1492, com a chegada dos europeus. Juntamente com *Abya Yala*, há todo um novo léxico político que também vem sendo construído, em que a própria expressão *povos originários* ganha sentido. Essa expressão afirmativa foi a que esses povos em luta encontraram para se autodesignar e superar a generalização eurocêntrica de povos indígenas.”(PORTO-GONÇALVES, 2009: 26)

Nesse contexto, percebemos os diferentes conceitos de território envolvidos nesta questão, tanto na perspectiva dos Guarani e Kaiowá quanto na perspectiva dos fazendeiros e do Estado Nação. Nos propomos então, na presente pesquisa, a entender como a proximidade da fronteira internacional entre o Brasil e Paraguai e a característica transfronteiriça dos Guarani e Kaiowá são questões territoriais e que são apropriadas de forma diferente pelos distintos agentes envolvidos no conflito descrito acima. Destes agentes, destacaremos dois principais: Os Guarani e Kaiowá, e os Fazendeiros. Desse modo, para compreender a espacialidade guarani, utilizamos algumas categorias nativas em que buscamos traduzir de forma sucinta os sentidos dados a elas pelos guarani. Dessa forma, a abordagem decolonial é utilizada para realizar um diálogo sobre as práticas dos povos indígenas e noções espaciais. Esse diálogo foi possível através do levantamento bibliográfico de autores de áreas com um o

antropologia, história e geografia, áreas que debatem questões das ciências humanas e sua atuação na sociedade e no espaço e tempo. Através dessa conjuntura, e com o levantamento de dados secundários sobre a condição dos indígenas no Mato Grosso do Sul podemos analisar as situações de conflito que ocorrem no estado, em especial com as famílias do *tekoha* Nãnde Ru Marangatu. Este *tehoka* foi escolhido devido a sua localização à margem esquerda no rio Estrella, e a sua estreita relação com a terra indígena localizada em terras paraguaias. Além disso, muito se falava deste *tekoha*, em reuniões do grupo de Pesquisa Geografias e Povos Indígenas (GeoPovos- CNPq), durante o projeto que contava com a presença de Rubem Thomaz de Almeida, apresentando os eventos de resistência dessa comunidade com entusiasmo.

O andamento da pesquisa deu-se através de análise de dados secundários, através de textos que apresentavam as questões dos guarani e fragmentos de veículos de mídia, como páginas de sites na internet. Este desenvolvimento foi construído desta forma devido ao desmonte na educação, vivido no país há alguns anos, que atinge a pesquisa e produção científica, sobretudo na área das ciências humanas. Com os cortes na educação e a pouca oferta de bolsas pesquisa no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, não houve possibilidade da realização de um trabalho de campo que pudesse aprofundar e fazer um levantamento de dados primários em relação à temática. Diante disso, a pesquisa foi realizada através da análise e sistematização de dados secundários para compreender e apresentar as questões que envolvem a fronteira internacional aos conflitos territoriais no estado.

O presente texto foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a decolonialidade como uma metodologia para compreender as noções espaciais e categorias nativas dos Guarani e Kaiowá. Nesse contexto dialogamos com as categorias *tetã*, *tekoha* *guasú* e *tekoha* na tentativa de traduzir a noção espacial dos indígenas a partir de sua cosmologia. Em seguida, aproximamos a categoria nativa *tekoha* ao conceito de território, traduzindo parte da espacialidade guarani para narrativa da sociedade ocidental. Nesse sentido, no segundo capítulo abordamos o contexto histórico dos caminhos que levaram as disputas territoriais no estado, partindo dos marcos históricos da expropriação territorial dos Guarani e Kaiowá e observando algumas problemáticas que tangem a questão, em seguida apresentamos a situação das terras indígenas no estado. Por fim, no terceiro capítulo, o *tekoha* Nãnde Ru Marangatu é apresentado como um território de luta das famílias Kaiowá que está localizado na fronteira internacional, ao lado esquerdo do rio Estrella, possuindo laços cotidianos com território Paĩ-Tavyetrã no lado paraguaio.

O caminho delineado para a construção desta pesquisa partiu de minha participação no projeto de pesquisas intitulado “Os significados das territorialidades: entendendo os conflitos por terra entre fazendeiros e os Guarani no Mato Grosso do Sul”³ coordenado por Roberta Carvalho Arruzzo. Durante o projeto, realizamos um trabalho de campo com período de 10 dias que se concentraram na região cone sul do estado, em especial no município de Dourados. Através dessa vivência podemos observar diferentes contextos territoriais que os indígenas se encontram em meio aos conflitos, como áreas de retomadas, Terras Indígenas, Reservas Indígenas e acampamentos. Nesse período realizamos entrevistas em diversas instituições, como o Ministério Público Federal de Dourados e a FUNAI de Dourados e Ponta Porã. As entrevistas abordaram em sua maioria as diversas situações de conflitos, os fatores políticos que as envolvem e quais os papéis das instituições competentes quanto às arbitrariedades cometidas pelos fazendeiros em meio à disputa. Dentre as questões discutidas, a proximidade da fronteira internacional com o Paraguai e a forma como esta questão se

³ Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq entre 2014 e 2016 e pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-UFRRJ) entre 2015 e 2017.

apresenta como um complicador em diversas situações de conflito, nos chamaram muita atenção, despertando a intenção de aprofundamento da pesquisa. Um exemplo é o caso do assassinato do Cacique Nísio Gomes, em que após um ataque no *tekoha* Guaiviry, atingido a queima roupa, o cacique foi levado por pistoleiros em 18 de novembro de 2011, no município de Aral Moreira⁴. Sob investigação da Polícia Federal (PF), houve a acusação de fuga do cacique para o Paraguai, porém segundo testemunhas, o cacique foi assassinado e massacrado em seu *tekoha* por pistoleiros. O argumento da fuga do cacique para o país vizinho, foi sustentado por um período. Porém, durante o processo de a investigação foi comprovado o assassinato do cacique e a condenação dos responsáveis. Diante do ocorrido, houve uma grande movimentação e acusação relacionando a fronteira internacional com o dito desaparecimento.

Nesse contexto, a fronteira internacional foi, e ainda é muitas vezes, utilizada como argumento para deslegitimar os direitos, ações e cidadania. Devido o estado estar localizado em faixa de fronteira, há um movimento que questiona as ações relacionadas aos direitos dos indígenas da região, principalmente no sul do estado, os relacionando aos também falantes de guarani Paĩ-Tavyperã no Paraguai.

Através do processo histórico dos conflitos territoriais no Mato Grosso do Sul, e com a tentativa de compreender como esse cenário foi e ainda é articulado para que os Guarani e Kaiowá não deem continuidade as ações de entrada, associado as ações truculentas e arbitrariedades ocorridas ao longo do processo, seguiremos através da discussão metodológica conceitual apresentando os conceitos escolhidos para abordar a temática e quais caminhos serão percorridos para o desenvolvimento da pesquisa.

⁴ A violência não cessa contra os guarani-kaiowás. Disponível em: <
<https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=118770>.>.

CAPÍTULO I. *TEKOHA* E TERRITÓRIO: UMA TENTATIVA DE DIÁLOGO CONCEITUAL

Neste capítulo buscamos, a partir do diálogo com elementos do pensamento *decolonial*, pensar possibilidades de relações entre conceitos acadêmicos e categorias nativas na geografia. Desta maneira, realizamos uma tentativa de inter-relacionar alguns autores do pensamento geográfico com categorias nativas dos Guarani e kaiowá para buscarmos uma maior aproximação com as noções de espacialidade e territorialidade dos Guarani e Kaiowá.

Buscamos, assim, nos distanciar de pesquisas que, embora tentem compreender as dinâmicas daquele grupo étnico, embasam suas análises a partir de conceitos construídos unicamente sob olhar ocidental, em que mais uma vez nos leva a encaixar as dinâmicas desses indígenas no que entendemos como geografia. Diante disso, realizamos a tentativa de dialogar com algumas categorias nativas que referenciam a espacialidade destes indígenas.

Desse modo, subdividimos o capítulo em 3 sub capítulos em que inicialmente debateremos a decoloniadade como uma abordagem possível para tratar de populações indígenas, principalmente no contexto de neoliberal, com a valorização e mercantilização da natureza.

1.1 Decolonialidade e categorias nativas

No processo de buscar superar a colonialidade, os autores relacionados ao pensamento *decolonial* (ou descolonial) têm a evidente intenção de pensar para além das categorias e conceitos ocidentais. O resgate de conceitos e categorias pensadas por autores na América Latina vem de encontro ao contexto e cotidiano que estamos inseridos a fim de debatê-los e analisarmos, não desconsiderando as abordagens de autores europeus, porém tratando com igual relevância o olhar de pensadores que vivem e sentem os eventos ocorridos nos países Sul-americanos.

A colonialidade, segundo Mignolo (2017 p. 94), foi um conceito introduzido por Anibal Quijano em que há a tradução da lógica e desdobramento da sociedade ocidental desde o período do Renascimento até os dias atuais. Essa tradução se dá sob o pensamento construído através da colonização, em que há a exploração e a extração econômica, cultural de um povo sobre o outro, como ocorreu em toda América Latina que foi colonizada por países Europeus.

Quijano deu um novo sentido ao colonialismo ao tratar do conceito de colonialidade, o que por si só já é uma abordagem decolonial. Através deste conceito compreendemos as ações ocorridas nas colônias e os reflexos trazidos na cultura e economia desses países durante e posteriormente ao período colonial. Ainda segundo Mignolo:

A “colonialidade” é assumidamente a resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que surgiram dentro das histórias e sensibilidades da América do Sul e Caribe. (MIGNOLO, 2017 p. 94)

Nesse sentido, a colonialidade foi construída sob olhar e criação de hierarquia, tendo a Europa como seu eixo central. Dessa forma, as ações dos países europeus enquanto colonizadores se deram para desenvolver as atividades econômicas e manutenção de seu domínio de riquezas. De acordo com Quijano (2005):

A América constituiu-se como o primeiro espaço /tempo de um padrão de poder de vocação mundial e desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do

referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma suposta distinta estrutura biológicas que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle de trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p. 117)

Nesse trecho podemos observar que a ideia da raça foi utilizada para constituição de referência para diferenciação de grupos. Os colonizadores catalogaram a cor e traços fenótipos dos colonizados e construíram uma categoria racial. Desse modo, os conquistadores legitimaram seu domínio, adicionando aos colonizados o estereótipo de inferiorização (QUIJANO, 2005).

Diante disso, a modernidade e a racionalidade foram atribuídas aos europeus, com a soma de experiências e como produto exclusivo. E, segundo Mignolo (2017), a modernidade é indissociável da colonialidade, pois é através dela que há uma relação de domínio, a conquista e irá se reconfigurar a categoria trabalho. O que antes os nativos e escravizados realizaram para seu próprio provento, com a colonialidade há a relação do trabalho escravo, a servidão.

Neste sentido, podemos considerar que a colonialidade não termina após o período colonial, pois o imaginário criado através dela com a relação de domínio que é estabelecido também pela ideia de raça será mantido pelos descendentes destes conquistadores. E consequentemente, essas ações se desenvolveram, como a relação do trabalho, o que antes era escravização se torna assalariado.

Um fator importante nesse processo é a tentativa de apagamento das manifestações culturais dos conquistados. Nesse sentido, a igreja teve um papel crucial com a realização de missões para catequizar e demonizar práticas religiosas que diferem do cristianismo, apontando uma linearidade sobre as condutas dos indivíduos encontrados na América do Sul. Além disso, as línguas utilizadas por diferentes comunidades indígenas sofreram uma tentativa de silenciamento, com o estabelecimento da língua dos países colonizadores como sendo língua nativa, ignorando a diversidade de línguas faladas no continente.

Diante desses fatores, a abordagem decolonial aparece como uma proposta interessante e como uma relevante opção para tratar de eventos ocorridos no território Latino Americano, pois se apresenta como uma tentativa de desatar os nós do pensamento colonial, e as relações de inferioridade impostas pela Europa ocidental, que desconsiderou a pluralidade da América Latina. Mignolo (2017) considera que

O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias. (MIGNOLO, 2017, P. 94, *grifo nosso*)

O pensar e agir nesta perspectiva têm sido um desafio para os pensadores latinos, pois grande parte da literatura tem sido baseada por autores europeus e ou ocidentais, fazendo com que adequemos os conceitos empregados por eles a nossa realidade. Porém, dentre nossas realidades há grupos étnicos que não compartilham da dinâmica social e econômica ocidental, e que são compostas por outras lógicas econômicas, culturais e etc.

No sistema moderno capitalista ocidental, não há espaço para diferença, não enquanto representa atraso e afetando diretamente aos interesses deste modelo de sociedade. Nesse sentido, a colonialidade, como aponta Mignolo (2017), vem como o lado obscuro da modernidade pois seu desenvolvimento é construído a partir da dominação de outros povos e a desconsideração e apagamento de outros saberes.

No Brasil, as práticas de silenciamento e demonização das diferenças foram exercidas também com auxílio da Igreja Católica, inicialmente com as comunidades indígenas e posteriormente com a população e as práticas de matriz africana. Ainda hoje, podemos observar como esses processos desencadearam diversas situações de conflito e de perdas de direitos desses povos, pois ainda há uma grande carga do pensamento colonial em nosso cotidiano, atribuindo o estereótipo de atraso às práticas que se diferem da descendência europeia, negando a existência de ancestralidade de outras etnias. Dessa forma, há o reforço da categorização de raças advinda com a modernidade, estabelecendo uma hierarquia e criando uma ordem de relevância, tanto no campo cultural, quanto econômico e social, colocando os povos indígenas e a população negra ainda sob o olhar inferiorizado e atribuindo aspectos negativos sobre suas formas de ser e pensar, em consequência temos diversos casos de racismo no país.

De encontro com a perspectiva decolonial, um caminho utilizado para que de fato haja uma quebra dessa hierarquia e que as narrativas desses povos possam ser ouvidas, e vistas como também protagonistas da história de ocupação territorial e desenvolvimento do país, as categorias nativas são ferramentas para compreender a perspectiva de mundo e como esses povos analisam o espaço, e entendem suas práticas culturais e sociais. A apropriação do estudo das categorias nativas do campo antropológico auxilia a traduzir o olhar geográfico dos indígenas com as dinâmicas de seu cotidiano, como no caso dos Guarani e Kaiowá.

O que faz de um nativo ser nativo, segundo Viveiros de Castro (2002),

é pressuposição do antropólogo de que a relação do primeiro com a sua cultura é natural, isto é, intrínseca, espontânea, e, se possível, não reflexiva; melhor ainda se for inconsciente. O nativo exprime sua cultura no discurso. (...) o discurso do nativo está contido univocadamente encerrado em sua própria cultura. O nativo é usado pela sua cultura.

Ainda segundo Viveiros de Castro (2002) a utilização de conceito (ou categoria) nativo se constrói através da narrativa dos indivíduos relacionada a uma verdade relativa, ou seja, são compostas por meio da cosmologia e práticas etnológicas do indivíduo.

o pensamento nativo é aqui tomado como atividade de simbolização ou prática de sentido: como dispositivo auto-referencial ou tautológico de produção de conceitos, isto é, de “símbolos que representam a si mesmos” (Wagner 1986 apud Viveiros de Castro, 2002:19).

Através das categorias nativas podemos compreender as tessituras construídas pelos indivíduos, assim como sua auto-representação e sistemas de organização enquanto sociedade. Desse modo, ao abordarmos os conflitos territoriais no Mato Grosso do Sul, tendo como ênfase os Guarani e Kaiowá, observamos a constante relação dos termos *Tekoha*, *tekoha* Guasu e *tetã* como representação da espacialidade dos Guarani, em sentido apresentado como categorias protagonistas nas explicações sobre os conflitos territoriais, sobretudo como entendemos o território, o que falaremos adiante.

1.2 Tekoha, Tekoha Guasu e Tetã: práticas e conceitos etnográficos da espacialidade Guarani e Kaiowá

Segundo Chamorro (2015), Kaiowá deriva do termo ka'agua, que designava os grupos que viviam na mata, entre os povos falantes de línguas guarani. A ocupação territorial indicada pelo termo é referente as dinâmicas anteriores aos processos de expropriação, observadas pelos sertanistas. Com as ações sistemáticas de remoções, houve grandes impactos nas práticas dos Guarani e Kaiowá, transformando suas atividades, modos de fazer e produzir. As práticas tradicionais foram ressignificadas nos contextos de ocupação nos quais hoje se encontram como, por exemplo, a produção da roça para subsistência são realizadas apenas por poucas famílias que possuem área para o cultivo, como na Reserva de Dourados. A caça, a pesca e a colheita foram reduzidas significativamente, dando lugar ao trabalho assalariado, como mão-de-obra em produções de grandes fazendas vizinhas ou em outros estados, a inserção de mulheres indígenas como empregadas domésticas, ou em feiras com a produção da roça. (CHAMORRO, 2015; THOMAZ DE ALMEIDA, 2001)

O *tekoha*, segundo Melià (1976 apud THOMAZ DE ALMEIDA, 2001) é um lugar em que os Guarani podem manifestar seus costumes, tendo como área bem definida e delimitada por limites geográficos naturais, como rios, colinas e outros. O tamanho pode variar, assim como a quantidade de famílias, porém há a necessidade de um vínculo de parentesco para a permanência na comunidade, estranhos não são aceitos no *tekoha*. Para os Guarani e Kaiowá o *tekoha* é uma instituição divina criada por Ñande Ru, uma propriedade coletiva em que há grandes festas religiosas, decisões de cunho político e reuniões gerais, a *Aty guasu*.

Em sua organização territorial os Guarani e Kaiowá se espacializam em casas compostas pelas famílias nucleares, entre a família extensa, com área para a produção de roça e criação de alguns animais, como a galinha, por exemplo. Com isso, há um distanciamento entre as habitações, mas ainda sim as casas são ligadas por caminhos, trilhas, sinalizando o vínculo entre eles. A casa de reza é um elemento importante do *tekoha*, pois é nela que, segundo Benites (2013), se aprende ser guarani, através de suas práticas religiosas, que guiam todas as suas ações, rituais e danças.

Segundo Thomaz de Almeida (2001), apesar de algumas diferenças culturais e linguísticas, os guarani se consideram uma unidade enquanto povo falante de guarani. E desse modo tratamos como unidade os subgrupos desta etnia no Mato Grosso do Sul, principalmente relacionado aos assuntos que envolvem os conflitos territoriais. Chamorro (2015) aponta que ainda que se identifiquem com os Guarani, os Kaiowá se apresentam como unidade com os *Paĩ-Tavyperã*, reconhecendo-o como participantes do mesmo vínculo de parentesco.

“O sentimento de unidade entre os Kaiowá é geralmente fundamentado em eventos religiosos e históricos, na memória de terem ocupado no passado, de forma tradicional, grandes áreas de terra que denominam o *tekoha guasu*. Os Kaiowá se reconhecem também como parte de um grupo maior, denominado “povo Guarani”, e participam dos encontros que reúnem diversos povos indígenas guarani falantes da argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, configurando um território amplo, denominados por eles por *tetã*.”(CHAMORRO, 2015: 234)

As comunidades Guarani e Kaiowá habitam áreas situadas em área urbana e rural em quase todos os municípios do sul do estado (CHAMORRO, 2015). A reivindicação para as demarcações de terra atualmente correspondem somente aos *tekoha*, não considerando o *tekoha guasu* nem o *tetã*.

De um lado, a noção de **Tetã**(...)uma região ampla pela qual se distribuem as aldeias Kaiowá, denominadas **tekoha**, a outra noção que deve ser compreendida e que foi amplamente utilizada neste relatório. O **tekoha** engloba a noção de “situação local”, da “aldeia”, do espaço de dimensões mais reduzidas que o Tetã, que abriga conjuntos de famílias extensas (chamandastey’i) e as famílias nucleares (ñemonã) a ela pertencente. São assim, as noções de comunidade (**tekoha**), onde se inclui o aspecto físico como a terra, o mato e o seu entorno, e de território (**tekoha** guasu ou tetã) que serão discutidos aqui para ilustrar a relação que estes indígenas mantêm com o espaço físico disponível.(Thomaz de Almeida, 2001)

Segundo Thomaz de Almeida (2001) as noções de *tetã* e *tekoha* podem ser consideradas de formas semelhantes para os Guarani e Kaiowá. Nesse sentido, Almeida (2000) atenta que para compreender o sentido dessas noções há a necessidade de entender uma noção básica de entendimento como o *teko*.

“Montoya (1876:362) traduz o termo **teko** como “ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito”. Assim, o **ñande** (nosso) **reko** (teko), pode ser traduzido de forma livre, como “modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume”. A partícula **HÁ** que compõe o termo **tekoha**, é um “verbal que se encontra em nomes e verbos; significa instrumento com que se faz a coisa, modo, causa, intento, fim tempo, lugar...” (Montoya,1876: 135).(ALMEIDA, 2000:38)

Nesse contexto, o *tekoha* é atrelado ao lugar físico, apresentado com um conceito de espaço, “o termo engloba a noção de comunidade vivendo em um determinado espaço físico” (ALMEIDA, 2000: 38), e também aos sistemas que estão inseridos nele, fazendo com que haja uma liberdade no uso desse termo em relação ao território dos Guarani e Kaiowá.

Mura (2011) vê o *tekoha* como um espaço construído a partir das relações de parentesco, pela família extensa. Como podemos ver abaixo.

O *tekoha*, na verdade, se constrói a partir da « soma de espaços sob jurisdição dos integrantes de determinadas famílias extensas, onde serão estabelecidas relações políticas comunitárias e a partir dos quais esses sujeitos poderão determinar laços de parentesco inter-comunitários numa região mais ampliada » (Mura 2006, pp. 122-123 apud BARDOSA; MURA, 2011: 310)

Nesse sentido, Barbosa e Mura (2011) apresentam que uma região ampliada ao que configura o *tekoha*, é conhecida como *tekoha guasu*. Pois é nessa região ampliada que é realizada a mobilidade espacial em que é consolidada as relações de parentesco.

Em sentido semelhante Benites (2009: 23), apresenta o *Tekoha guasu* é a soma dos espaços territoriais de domínio de cada família extensa. E em sua compreensão

Tekoha é a maneira como as comunidades Kaiowá se referem, em guarani, ao espaço ocupado por uma determinada comunidade. Etimologicamente a palavra é composta pela fusão de *teko*+*ha*. *Teko* é o sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, ou seja, tudo o que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder kaiowá. *Ha*, por sua vez, é o sufixo nominador que indica a ação que se realiza. Assim, *tekoha* pode ser entendido como o lugar (território) onde uma comunidade Kaiowá (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural, isto é, segundo seus usos, costumes e tradições. Esta explicação está registrada na tese de doutorado em antropologia defendida por Levi Marques Pereira (2004), na Universidade de São Paulo (USP).

Dessa forma, observamos que estas categorias são representadas em alguns momentos como sinônimos em relação a terra, porém há diferenças em relação a marcos políticos de organização territorial para que seja reconhecida cada categoria. Por fim, essas categorias são representações espaciais em diferentes escalas, sendo o *tekoha* a escala da família extensa local; O *tekoha guasu* sendo uma área mais ampla no sentido de transitoriedade entre essas famílias extensas, em que podemos considerar parte do município de Dourados um *tekoha guasu*; E o tetã que configura um cenário com a maior amplitude, em que considera o conjunto das terras indígenas como território guarani, ultrapassando fronteiras políticas ocidentais.

1.3 Território e Tekoha

Ao longo do processo de ocupação territorial em parte da região centro-oeste do país, em especial no cone sul do Mato Grosso até meados de 1970 e posteriormente estado de Mato Grosso do Sul, houve um processo de remoção das populações indígenas habitantes da área. Esse processo, segundo Barbosa e Mura (2011) consistiu em três situações, iniciado através da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) com a criação de aldeamentos; posteriormente com a instalação da Companhia Mate Laranjeira (1882-1944) que além da remoção das famílias para coleta dos ervais nativos, utilizou a mão de obra indígena para colheita do mate; E, por fim, a criação de reservas indígenas e a instalação de colonos agrícolas na região.

Durante esse processo, houve algumas transformações em relação à espacialização dos kaiowá. Ainda segundo Barbosa e Mura (2011) essas transformações involuntárias, ocasionadas pelas remoções, fizeram com que houvesse ressignificações das práticas culturais dos kaiowá, porém não configuraram em momento algum a perda de cultura ou algo semelhante. Segundo Melià:

El tekoha es « el lugar en que vivimos según nuestra costumbre ». [...] Sutamãno puede variar en superficie [...], pero estructura y función se mantienen igual: tienen liderazgo religioso propio (tekoaruvixa) y político (mburuvixa, yvyra'ija) y fuerte cohesión social.

Al tekoha corresponden las grandes fiestas religiosas (avatikyry y mita' pepy) y las decisiones a nivel político y formal en las reuniones generales (atyguasu). El tekoha tiene un área bien delimitada generalmente por cerros, arroyos o ríos y es propiedad comunal exclusiva (tekohakuaaha); es decir que no se permite la incorporación o la presencia de extraños. El tekoha es una institución divina (tekoha'ne'e pyrujeguanguy) creada por Ñande Ru. (MELIÀ et al. 1976, p. 208 apud BARBOSA; MURA, 2011: 288)

Desse modo, essa releitura de ter o *tekoha* como um espaço sagrado, que compõem as práticas religiosas e culturais, mas também como uma área delimitada por limites físicos, materiais, atravessa os sentidos dados pela geografia a um de seus conceitos clássicos, o território.

O conceito de território é debatido na geografia, na sua relação espaço-temporal, relações sociais e de poder. No final de 1960 e durante 1970, as abordagens dos autores brasileiros que trabalhavam com esse conceito, passaram a evidenciar as condições históricas, contradições sociais e lutas de classe, em especial com indissociáveis produções e reprodução de capital e/ou valor (SAQUET, 2009).

Nesse sentido, ao abordarmos o conceito de território, há a necessidade de apontar sua relação direta com espaço, pois é no espaço que o território é construído. No entanto, o espaço não é sinônimo de território, para Raffestin (1993) o espaço é o que antecede o território, sendo o território resultado da ação sobre o espaço. O território é produto de atores sociais que partem da realidade inicial, o espaço. Sendo o território um processo quando se “manifestam todas as espécies relações de poder, que se traduzem em malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis nas categorias obrigatórias” (1993:7). O território se forma através da ação sobre o espaço conduzida por um ator sintagmático, ou seja, através da ação exercida por um determinado ator, seja por apropriação concreta ou abstrata, o espaço passa a ser território. Em que se projeta um trabalho e é marcado por relações de poder, pois o envolvimento para produção desse espaço é um campo de poder.

O território é produzido e usado, vivenciado, ainda que não participem de sua elaboração, por personagens que utilizam esse meio. O território é a prisão que os homens constroem para si, pois há a construção de limites. A produção do espaço delineado, desenhado é a representação do território, pois há uma intencionalidade e construção de limites. Sendo assim, com base em Raffestin entendemos o território como um espaço projetado a partir e por relações de poder, em que há uma intencionalidade para de sua construção de um ou mais agentes, tendo sua área delimitada para uso. O autor ainda apresenta o sistema territorial, em que eles não se constroem de forma individual, há uma estrutura para que dadas ações sejam realizadas. De acordo, com a organização territorial dos kaioiwá ser diretamente ligada a relações de parentesco, há uma proximidade da abordagem do conceito de território apresentada por Raffestin, principalmente quando apontado o sistema territorial, pois a estrutura do território pode ser constituída pela comunidade.

Marcelo Lopes de Souza (2000) não entende o espaço somente como algo que antecede o território, mas sim uma área produzida pelo homem, com movimento. A partir da ação política e simbólica por meio da apropriação o espaço torna-se território, não é apenas o espaço concreto, substrato material em que a ocupação é vista como gerador de raízes e identidades de um grupo. O autor aponta ainda que o território pode ser cíclico, não possui uma rigidez, apesar dos limites, as fronteiras do território podem ser flexíveis. O autor afirma, ainda, que “todo espaço definido e delimitado a partir e por relações de poder é território”, porém nem todo poder é considerado por ele base ou referencial territorial.

Nesse sentido Haesbaert e Limonad (2007) apresentam a noção de território como uma construção histórica e social a partir das relações de poder, e que possui uma dimensão subjetiva que propõe dominar, apropriar-se, e de identidade territorial em alguns casos; outra dimensão mais objetiva são a de denominação de dominação do espaço por meio de instrumentos de ação político-econômica.

Em sentido semelhante, Robert Sack (1986) afirma que o território é movimento, fruto de relações sociais e de poder. De acordo com o autor, que apresenta suas considerações através do conceito de territorialidade, o território é um recorte de área delimitado de acordo com as necessidades de uma dada sociedade, sendo assim, alguns territórios podem manter-se fixos e outros podem movimentar-se. Um exemplo disso, é que devido a vasta extensão territorial, o Brasil possui em seu histórico algumas separações entre estados e municípios que foram realizadas por demandas administrativas, políticas e financeiras, apontadas como necessidades da população. Como foi o caso de Mato Grosso, que por volta de 1970 teve a região sul do estado emancipada o que conhecemos atualmente como Mato Grosso do Sul. Ainda sobre o estado, podemos observar também que o histórico de sua dinâmica territorial aponta para delimitação de territórios de acordo com interesses de desenvolvimento econômico, apresentando também que o “Território pode ser usado não apenas para conter e restringir, mas também para excluir” (SACK, 1986:71), pois ao mesmo momento que ele

delimita para dar abertura a demanda econômica dos produtores, ele também exclui outras populações que vivem sob outro regime econômico, como os indígenas Guarani e Kaiowá.

Saquet (2008) vê o conceito de território indissociável do espaço e tempo, considerando que na geografia relação espaço-tempo é sincrônica e assincrônica. O autor afirma que território é o resultado das territorialidades, ou seja, o território é construído por consequência das ações humanas, da sociedade, sendo conjunto de relações apontado por Raffestin (1993) como tríade sociedade-espaço-tempo e a relação espaço-tempo é a base da organização territorial (2009:79). Saquet aponta, ainda, que os

“territórios são concomitantes e sobrepostos que se caracterizam pelo controle e pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação, ou seja, por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente constituídas.” (2009: 85)

A centralidade na formação do território é atrelada ao homem, é a partir das relações sociais, e de interesses que o território é constituído, com influências políticas, religiosas, econômicas, simbólicas e afetivas que correspondem dada sociedade. E, sendo assim, em cada território há tempos diferentes, tempos que são coexistentes, podendo ter a mesma unidade de relação espaço- tempo e da relação ideia- matéria. O território, segundo o autor, é multidimensional, pois é construído em diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de *malhas, nós e redes* (RAFFESTIN, 1993). Desse modo, as articulações sociais para construção do território são compostas de conflitos, coerências e coesões.

Rogério Haesbaert (2011) considera que ao tratarmos do conceito de território inicialmente devemos apontar a abordagem que utilizamos como ponto de partida. Inicialmente o autor apresenta três noções de território: a política, a cultural e a econômica. A noção política de território se dá por meio da delimitação e controle do espaço, exercido por determinado poder, que em maioria está relacionado ao Estado, mas não é exclusivo a ele. A noção cultural do território é produto simbólico e subjetivo dos indivíduos para com espaço vivido. Já a noção econômica de território é uma dimensão espacial das relações econômicas, tendo o “território como fonte de recursos e/ou incorporado entre classes sociais e na relação capital- trabalho”. Porém, apesar de apresentar a relevância dessas noções, o autor afirma a necessidade de abordar o conceito através de outras dimensões, como o binômio materialidade- idealismo e binômio espaço-tempo.

Desse modo, observamos que apesar de ser um conceito construído sob olhar ocidental, o território é conceito que permite diálogos interessantes com a tradução do *tekoha* para os Kaiowá. E, através da perspectiva decolonial, observamos que a construção de Arturo Escobar (2015) ao conceito é a que mais se aproxima dentre os autores abordados, pois segundo o autor o território é produto da relação espaço-temporal, que o homem produz para sua sobrevivência, sendo ela através de condições políticas, econômicas ou culturais. Escobar (2015) afirma ainda que há uma inter-relação que geram sinergia e complementariedade do espaço-tempo com o mundo natural, ou seja, os territórios são espaços tempos vitais para comunidade.

“O território é definido como um espaço coletivo composto por todo o lugar necessário e indispensável onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas. É um espaço de vida onde se garante a sobrevivência étnica, histórica, cultural” (2015:10)

O território não somente é base material para produção/ação no espaço de suas práticas mas também na relação imaterial e de diferentes ontologias. Com isso, o autor exemplifica essas relações através de um caso ocorrido na Colômbia, com comunidades do rio Yurumanguí que são territórios coletivos de afrodescendentes. As comunidades estão envolvidas em um conflito territorial com grandes empresas que tem o objetivo de

apropriar-se de seus territórios para expandir o cultivo de palmeira, banana, pecuária extensiva e outros produtos para mercados de exportação. Nesse caso, o autor afirma que o conflito não é somente sobre o território, mas sim de ontologias, são modos de ver os elementos de formas diferentes. Enquanto as grandes empresas e produtores enxergam a terra como uma área de expansão de lucro, produção e impõem o modelo complexo militar-empresarial, as Comunidades Negras concebe o território para além do espaço da reprodução humana e suas práticas, mas nas relações humanas e não humanas, considerando a natureza como parte do território não somente como o espaço, mas como algo a mais. Segundo o autor, esse algo a mais só pode ser percebido quando é possível considerar outras ontologias, o descrédito a essas “crenças” considerando apenas a realidade sobre o que é apontado pela ciência ignora outras visões do que o mundo é ou pode vir a ser. Considerando que há apenas um mundo “exclui a possibilidade de ontologias múltiplas, já que se assume que as diferenças são entre diversas “perspectivas” de uma única realidade “objetiva””. (2015: 12)

“Sempre há algo em todos esses mundos que “excede” a influência do moderno; esse excesso que resiste à definição e redução ao moderno, é também um fundamento importante da ontologia política e da prática ontológica.”(DE LA CADENA, 2015, apud ESCOBAR, 2015:12)

O autor ainda afirma que:

“O “território” é o espaço – a um só tempo biofísico e epistêmico- onde a vida se atualiza de acordo com uma ontologia particular, onde a vida se faz “mundo”. Nas ontologias relacionais, humanos e não- humanos (o orgânico e o sobrenatural ou espiritual) formam parte integral desses mundos em suas múltiplas inter-relações.”(ESCOBAR, 2015: 13)

Considerando as abordagens de território apresentadas, o conceito segundo esses autores, se aproxima e dialoga de modo muito interessante para análise da dimensão espacial dos Kaiowá através das categorias nativas.

CAPÍTULO II. CONFLITOS TERRITORIAIS ENTRE OS GUARANI E KAIOWÁ E O FAZENDEIROS E A PROXIMIDADE DA FAIXA DE FRONTEIRA

As questões territoriais envolvendo os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul são históricas e envolvem processos violentos e ainda distantes de serem solucionados. Neste capítulo, procuramos apresentar os caminhos que engendraram os conflitos territoriais no Mato Grosso do Sul. Buscamos identificar os atores que contribuíram para a questão territorial no estado e os fatores que são observados como problemáticos. Devido ao nosso recorte temático, damos ênfase à fronteira internacional e a forma como é tratada nos discursos dos atores envolvidos nos conflitos territoriais.

2.1 Andanças da questão territorial

Segundo Mura e Barbosa (2011), a formação histórica do conflito territorial entre indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul pode ser compreendida através de três situações principais: a Guerra da Tríplice Aliança, conhecida como Guerra do Paraguai, a instalação da Companhia Mate Laranjeiras, e a criação das Reservas Indígenas e das Colônias Agrícolas. Estes processos resultaram na grande expropriação territorial sofrida pelos Guarani e Kaiowá. Adicionamos também o fomento ao agronegócio, a partir dos anos 2000, como um fator relevante para o entendimento dos conflitos e como um complicador na já complexa situação territorial no estado. Com isso, analisaremos algumas destas situações e processos que contribuíram para os conflitos territoriais no estado.

A Guerra da Tríplice Aliança, iniciada em 1864, resultou de uma preocupação do Brasil Império em relação ao Paraguai e Uruguai e seu desenvolvimento. A Guerra assim foi chamada pois, em parte da disputa, o Brasil contou com uma aliança com a Argentina e Uruguai. Segundo Araújo (2012), a Argentina aliou-se ao Brasil devido a um incentivo financeiro, que refletiu também no apoio do Uruguai em parte do conflito, que possuía dívidas com a Argentina.

O conflito ocorreu em áreas fronteiriças da província de Mato Grosso, em especial na região sul, e a República do Paraguai. Nessas áreas localizavam-se territórios indígenas dos Guarani Kaiowá e dos Pai-tavyterã. Com a presença das tropas brasileiras e paraguaias, houve uma grande interferência nos territórios indígenas, contribuindo para dispersão e remoção desses povos. Barbosa (2013), por exemplo, aponta que no período da guerra, os guarani se deslocaram de seus territórios para se afastarem do conflito.

Com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, a expansão das frentes de ocupação não-indígenas ficam mais efetivas e sistemáticas na região da fronteira, sobrepondo-se aos territórios Kaiowá e Nandeva. A redefinição das fronteiras contou com novas maneiras de explorar a região, caracterizada com vegetação composta de ervais nativos e bosques (BARBOSA e MURA, 2011). A demarcação da fronteira entre o Brasil e o Paraguai foi realizada entre 1872-1874 pelo Estado brasileiro, através de uma comissão. Thomaz Laranjeiras, que era um dos auxiliares da comissão, trouxe várias pessoas para a extração dos ervais nativos que tinham na região.

Desse modo, em 1882, o Decreto Imperial n 8.799 (9/12) concedeu terras devolutas a Thomaz Laranjeiras para exploração dos ervais nos limites entre Brasil e Paraguai, em áreas que correspondem atualmente o sul do Mato Grosso do Sul. A Cia passou a controlar por vários anos a exploração, produção e comercialização da erva mate nativa, numa área de aproximadamente 5 milhões de hectares. A instalação da companhia foi entendida como

estratégica para iniciar uma atividade econômica no estado, com a extração dos ervais nativos e a como ação geopolítica para proteção da fronteira internacional no período posterior à Guerra do Paraguai (BRAND et. al, 2005). A companhia, através de prorrogações e ampliações da concessão de arrendamento, estendeu sua área de atuação, adentrando assim áreas ocupadas por indígenas.

Com a Mate Laranjeiras houve uma nova relação de contato entre indígenas e não indígenas. A partir desse momento, grupos indígenas passaram a trabalhar na colheita dos ervais, iniciando, assim, uma nova atividade econômica. Barbosa e Mura (2011), apontam que em certas regiões a mão de obra indígena era superior à mão de obra não indígena, sendo parte desses grupos não indígenas oriundos do Paraguai. Apesar da nova relação entre indígenas e não indígenas, de maneira geral os guarani tinham proximidade com os paraguaios devido a língua, já que além do espanhol eles tinham o guarani como segunda língua.

Concomitante ao processo de extração dos ervais, foi criado, por volta de 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que atuava, entre outras coisas, na demarcação de Reservas Indígenas (RI). O objetivo do SPI, segundo Brand (2009), era prestar assistência e proteger os indígenas, porém fomentava que os indígenas se tornassem produtores agrícolas. Essa nova releitura do aldeamento, destinada a educar e orientar os índios ao trabalho, tinha uma perspectiva extremamente ocidental, considerando que eles “deixariam de ser índios”. Além disso, as demarcações realizadas pelo SPI não respeitavam a configuração espacial dos povos indígenas, compartilhando áreas das RI com indígenas de outras etnias, como os Guarani e Kaiowá e os Terena, o que estimulou conflitos.

O SPI reservou oito pequenas áreas, de 3 600 ha cada, para abrigar os indígenas do estado a partir de 1915. No entanto, a primeira área reservada, Amambai, foi mantida com apenas 2 429 ha. Posteriormente foram criadas as reservas de Dourados e Caarapó. Como as primeiras Reservas Indígenas criadas em territórios Kaiowá não atendiam às necessidades dos indígenas, foram criadas mais cinco Reservas Indígenas: Aldeia Limão Verde, Pirajuí, Yvy Katu, Sassoró e Taquaperi. Para o SPI, era fundamental a criação das reservas para dar espaço às frentes agrícolas e sua atuação territorial.

Segundo Brand (2009), a ação do SPI foi determinante para liberação de terras para as frentes de expansão econômica, pois ao demarcar as reservas indígenas liberou as terras ocupadas por grupos indígenas, contribuindo para o processo de colonização do sul do Mato Grosso. Em meio a esse processo, outras áreas no sul do país se encontravam em conflito, como o Rio Grande do Sul. Com isso, devido à oferta de terras e a possibilidade de crescimento da área para o setor agropecuário após a liberação de terras pelo SPI, houve uma migração de sulistas, em especial de gaúchos para o sul do Mato Grosso aproveitando o processo de povoamento após o período de guerra. A Mate Laranjeiras foi responsável pelo processo de maior impacto em relação à remoção dos indígenas de suas terras tradicionais, pois de acordo com a aumento de demanda da extração de ervais, havia a intrusão no território indígena. Com isso a empresa foi responsável por diversos deslocamentos de famílias e núcleos familiares devido à colheita da erva mate (CHAMORRO, 2015; BRAND, 2004). Além disso, a empresa utilizava mão de obra indígena para colheita dos ervais, tendo por diversas vezes estabelecido relações de trabalho escravistas e exploratórias.

Em meados do século XX, com a preocupação de ocupação e administração da região Centro Oeste, houve a criação de uma política de integração nacional chamada Marcha para o Oeste, esse movimento foi realizado também por uma preocupação do então presidente Getúlio Vargas para com as fronteiras nacionais, em especial com o sul do Mato Grosso. A Companhia Matte Laranjeira tornou-se uma preocupação para o governo, por ser entendida como uma autoridade, com ares de Estado autônomo, uma vez que o Estado não estava presente na região. Segundo Souza (2007), a Mate Laranjeira fazia valer “seus direitos”,

utilizando mecanismos de força, tornando-se a própria lei. Na leitura do Estado, o sul do Mato Grosso era uma área frágil de defesa, principalmente pelas ações da companhia. Desse modo, o governo Getúlio Vargas deu fim ao contrato de arrendamento dos ervais pela Companhia Mate Laranjeira, encerrando assim suas atividades em 1944.

Após o fim da Companhia Mate Laranjeiras, teve início a implementação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND), que seria um desdobramento da Marcha para o Oeste. O objetivo da instalação da CAND consistia na concessão de terras para ocorrer um movimento de imigração e aumento da ocupação territorial do estado. A campanha para vinda desses migrantes iniciou em 1938, período anterior ao término das atividades da Mate Laranjeiras, o governo investiu em propagandas nos veículos da mídia (como jornais, rádio, TV) para fomentar a vinda da população. Entre os benefícios apresentados, houve a promessa de estrutura e moradia, educação e saúde para os trabalhadores que se migraram até o estado. Milhares de migrantes e imigrantes foram em busca da posse de terras concedidas pelo governo e os benefícios anunciados.

Além da promessa da posse de terra, o governo fomentava o sentimento patriota dos trabalhadores para proteção da fronteira, ressurgindo a ideia do bandeirante, desbravador de novas áreas, com a conquista territorial. No período após 1953, com a crescente vinda de migrantes a região, e a demora de demarcação de lotes pela administração da colônia, houve o início do processo de posse de terras realizadas por migrantes com ajuda de colonos que já adquiriram suas terras. As áreas próximas a colônia foram demarcadas e loteadas, porém sua extensão não atendia a demanda de migrantes que chegaram ao estado. Com isso, os posseiros estenderam o loteamento para o lado esquerdo do rio. Essas áreas possuíam mata fechada, tendo a necessidade do corte de árvores, a realização da roça, e queimadas para abertura das áreas, esse movimento fomentou o sentimento de conquista e da figura desbravadora, que recordava os bandeirantes (SOUZA, 2007).

Por volta de 1960, houve um novo movimento de migração de sulistas para a região sul do Mato Grosso, devido ao potencial de crescimento e produção agrícola da região. Com a modernização da agricultura na década de 60, o Mato Grosso do Sul passou por uma nova organização territorial, que houve uma transformação na técnica de produção, na mecanização e técnicas da lavoura. A partir desse momento, a lógica de produção estava voltada para lucro rápido e de curta duração que precisavam de escoamento das mercadorias. O Estado, visando uma integração nacional, entre as décadas de 60 e 70 abrem e asfaltam várias estradas, constrói pontes para fluidez dos produtos e circulação no Centro-Oeste brasileiro, e o abastecimento de centros urbanos e mercados para exportação (MONDARDO, 2018).

Segundo Thomaz de Almeida (2000), os Kaiowá e Nandeva até a década de 70 reagiam às expropriações se escondendo nas matas que ainda existiam, porém há uma articulação por parte dos indígenas quando o problema fundiário é levado a Aty Guasu (Assembléia, grande reunião), considerado por Thomaz de Almeida como um marco histórico promovido pelo Projeto Kaiowá e Nandeva (PKN). No início dos anos 80, com a realização de alianças e estratégias com um movimento indígena mais organizado, houve o êxito de manutenção de três terras tradicionalmente ocupadas. O fortalecimento das articulações acarretou avanços para o Kaiowá e Guarani, formando Grupos Técnicos de Identificação de Terras Indígenas promovida pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio, substituta do SPI). A criação desses grupos foi realizada pela intensa pressão dos indígenas ao órgão indigenista oficial para intervir as demandas por terra dos Kaiowá e Guarani. Apesar dos esforços dos indígenas, a reestruturação do Estado quanto à questão indígena não atendia as demandas territoriais dos Kaiowá e Guarani naquele momento, consequentemente os indígenas iniciaram o movimento para “solucionar seus próprios problemas” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000).

Em ação mais efetiva, os Kaiowá e Guarani iniciaram as entradas/ retomadas de suas terras tradicionais para retornarem de maneira sistemática. Thomaz de Almeida apresenta que:

O termo “entrar” (*jaike* = entramos; *jaha jaike* = vamos entrar) é o termo utilizado pelos Kaiowá e Nandeva quando se referem ao movimento de adentrar terras que consideram suas e que se tornaram fazendas. Pretende substituir os termos “invasões”, utilizado por fazendeiros, e “ocupação”, “reocupação” ou “retomada”, utilizados por aliados dos índios. Foram dezenas as “entradas” nas últimas duas décadas, com expulsões (reintegração de posse) e retornos sistemáticos (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000: 5)

Durante esse período, a expansão agrícola e o desmatamento de novas áreas de produção se apresentavam de modo crescente, com isso houve reações as reivindicações de terras pelos indígenas por parte dos fazendeiros. Desse modo, os fazendeiros realizaram a expulsão de indígenas de fundo de fazenda, e fizeram uso de violências para impedir que os indígenas realizassem o processo de entrada em suas terras tradicionais.

Com a promulgação da Constituição em 1988, foi considerado que os indígenas devem se manifestar e exercer seus poderes de acordo com sua cosmovisão e organização espacial, porém as demarcações ficaram a cargo do Estado. O termo “terras permanentemente ocupadas” foi considerado um problema, no caso do Mato Grosso do Sul, entretanto Thomaz de Almeida apresenta que:

Para entender a questão deve-se considerar o sentimento do Nandeva e do Kaiowá de “pertencimento” à terra, compreendida não como propriedade mas como elemento natural do qual as pessoas indígenas são parte integrante: onde nasceram, onde estão enterrados seus antepassados, onde viverão seus descendentes. Isto embasa a noção do “lugar onde realizamos nosso modo de ser” ou *tekoha* (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000: 3).

Nesse contexto, não se deve basear a noção de “terra permanentemente ocupada” como parâmetro as situações atuais. No Mato Grosso do Sul, o processo histórico de ações de expulsão e confinamento de indígenas em reservas, em que não há a possibilidade de permanência física em suas terras. A noção de “pertencimento” apresentada por Thomaz de Almeida (2000) está ligada diretamente ao modo de ser, intrínseca a construção do pensamento do indivíduo enquanto Guarani, portanto, deve ser considerado quanto ao reconhecimento de suas terras, e não somente a sua presença física no território.

Apesar dos avanços em relação às demandas territoriais dos Guarani e Kaiowá, houve uma intensa transformação espacial do Mato Grosso do Sul e o crescimento do setor agrícola. Pois, de acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal houve uma crescente produção de soja a partir de 1970, do milho em fins de 1980 e da cana-de-açúcar que se inicia nos anos 1980 e volta a apresentar forte crescimento nos anos 2000 (IBGE). O progressivo aumento da produção agrícola, e em consequência do fomento do governo para o desenvolvimento agrícola do estado, há a intensificação dos conflitos territoriais, que toma proporções violentas de acordo com a expansão agrícola. Segundo Bernardes e Arruzzo,

“a ocupação mais efetiva da região por não-índios começa a tomar corpo em meados no século XX, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, gerando inúmeras situações problemáticas e conflituosas, além de grandes mudanças no quadro regional, que foram se acentuando nas décadas posteriores, a partir principalmente de 1970. Neste período, com a mecanização da agricultura, se intensificam as expulsões dos Kaiowá que viviam em “aldeias de fundo de fazenda” e, consequentemente, as resistências” (2016: 23)

Com o decreto 76.593 de 14 de novembro de que institui o Programa Nacional do Álcool, entre outras 1975 a primeira usina foi instalada no município de Sonora, no mesmo ano da publicação do decreto que institui o Programa Nacional do Álcool (Pro-álcool). Posteriormente, foram instaladas mais cinco usinas no estado com produção estável até meados dos anos 90. A partir dos anos 2000, há intenso crescimento de produção totalizando a quantia de 22 usinas no estado. Todo esse movimento, como aponta Arruzzo e Cunha (2019), apresenta uma intensificação nas ações de remoção dos indígenas de suas terras para dar lugar à expansão da produção do setor sucroenergético.

As remoções dos indígenas que ainda se encontravam nas matas nos fundos das fazendas ocorreram em resposta ao avanço agropecuário, desmatando as áreas que ainda possuíam mata nas fazendas. Com a valorização da terra no estado, os fazendeiros começaram a se articular para que os processos de retomada não acontecessem ou tomavam medidas para que os indígenas dessem descontinuidade. Entre as ações dos fazendeiros, há a contratação de pistoleiros para realizar ataques contra os acampamentos o que acarretou na morte de diversos indígenas, sobretudo as lideranças para que houvesse a desmotivação do grupo. Além dos assassinatos, houve a espancamento de muitos indígenas, o que inclui mulheres e crianças, fora a realização do estupro de mulheres como uma estratégia para o reconhecimento de lideranças. Embora o estado não tenha quantitativo expressivo de conflitos agrários comparado ao restante do país, no que tange a questão indígena há um contraste nos dados. Segundo Arruzzo e Cunha (2019) em 2005 o Mato Grosso do Sul era responsável por mais da metade de conflitos relativos a direitos territoriais envolvendo populações indígenas no Brasil.

De acordo com Marco Antonio, procurador do Ministério Público Federal em entrevista, a partir de 2016 a abordagem dos fazendeiros foi modificada, pois os conflitos no estado foram tomando destaque em veículos da mídia. Desse modo, o que antes obtinha confronto direto pela força física, tornou-se uma disputa judicial. O aumento de pedidos de desapropriação e reintegração de posse de áreas de retomada durante esse período, que se estende até o presente ano, foi um reflexo desse movimento, diminuindo os casos de outros tipos de violência.

O conflito entre os Guarani e fazendeiros ganha destaque em 2007, quando a FUNAI cria seis portarias determinando o início do processo de demarcação de terras indígenas Guarani e Kaiowá. Ainda neste ano, a FUNAI assina em conjunto ao Ministério Público Federal um Termo de Ajustamento de Conduta, criando sete Grupos de Trabalho (GTs) para analisar as reivindicações de terras tradicionais no estado. Com isso, espera-se a homologação de 34 terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

No cenário atual, em 2019, há 47 Terras Indígenas em processo de demarcação, estando em diferentes fases, como podemos ver na tabela abaixo:

Situação das Terras Indígenas

Terras Indígenas	Situação	Observações
Aldeia Limão Verde	Homologada	Reservada pelo SPI
Amambai	Homologada	Reservada pelo SPI
Apykai	Em estudo	Acampamento a margem da rodovia
Arroio-Korá	Homologada	...
Caarapó	Regularizada	Reservada pelo SPI
Cerrito	Regularizada	...
Dourados	Regularizada	Reservada pelo SPI
Dourados- Amambaipaguá I	Delimitada	...
Dourados- Amambaipaguá II	Em estudo	...
Dourados- Amambaipaguá III	Em estudo	...
Garcete Kuê (Nhandeva Peguá)	Em estudo	...
Guaimbé	Regularizada	...

Guaiviry-Joyvy (Amambaipeguá)	Em estudo	...
Guasuti	Regularizada	...
Guyraroká	Declarada	...
Iguatemipegua I	Delimitada	...
Iguatemipegua II	Em estudo	...
Iguatemipegua III	Em estudo	...
Jaguapiré	Regularizada	...
Jaguari	Regularizada	...
Jarara	Homologada	Reservada pelo SPI
Jatayvari	Declarada	...
Laguna Piru (Nhandevapeguá)	Em estudo	...
Laranjeira Nhanderu (Brilhantepegua)	Em estudo	Acampamento
Mbocajá (Ñandévapeguá)	Em estudo	...
Ñande Ru Marangatu	Homologada	Suspensa parcialmente por liminar na Justiça
Panambi- Lagoa Rica	Delimitada	...
Panambizinho	Regularizada	...
Pirajui	Regularizada	...
Pirakuá	Regularizada	...
Porto Lindo	Regularizada	...
Potrero (Nhandeva Peguá)	Em estudo	...
Potrero Guaçu	Declarada	...
Rancho Jacaré	Regularizada	...
Sassoró	Regularizada	Reservada pelo SPI
Sete Cerros	Homologada	...
Sombreiro	Declarada	...
Sucuriy	Regularizada	...
Takuaraty/Yvykurusu	Homologada	...
Taquaperi	Regularizada	Reservada pelo SPI
Taquara	Declarada	...
Vitoi kuê	Em estudo	...
Ypoi/Triunfo	Delimitada	...
Yvy-katu	Declarada	Reservada pelo SPI

Dados da FUNAI- situação em agosto de 2019

Os indígenas reivindicam apenas 2% da área total do estado, restando 98% para produção agropecuária. Na tabela acima há apenas as terras que se encontram em processo de demarcação, não constando outras situações como os indígenas de corredor (acampamentos a margem da rodovia), áreas de retomada e outros. Segundo o CIMI, atualmente há 81 terras sem providência no estado.

Apesar dos avanços na luta para demarcação de terras indígenas, o número de homologações vem diminuindo, e com o posicionamento do atual governo, não há a perspectiva de avanços nesse sentido. Somado a isso temos a bancada ruralista que há alguns anos se movimenta para aprovação de projetos para benefício dos produtores do setor agropecuário. Aliada a bancada evangélica no congresso, a bancada ruralista tem se articulado para reter os avanços dos direitos territoriais indígenas. A tentativa de engajar Propostas de Emendas Constitucionais são um reflexo desse movimento, como a PEC 215/2000 que transfere do poder Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas, além de proibir a ampliação de terras já demarcadas. O texto beneficia os ruralistas uma vez que institui um marco temporal em que fixa a data de 05 de outubro de 1988 para definir o que são terras tradicionalmente ocupadas por indígenas ou quilombolas, ou seja, com a presença desses grupos na terra reivindicada na referida data será considerado terra tradicionalmente ocupada.

Desse modo o texto exclui outras situações como o caso dos Kaiowá e Nandeva no Mato Grosso do Sul, que em seu contexto histórico tem a sistemática expropriação territorial, e devido a isso na referida data do marco temporal, em sua maioria não estavam presentes em suas terras tradicionais. Com isso, diversos grupos e organizações de apoio a indígenas e quilombolas se articularam para se manifestar contra a PEC 215/2000. Em nota a FUNAI afirma que:

A PEC 215/00 propõe a transferência de responsabilidades sobre a demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, desrespeitando a Constituição de 1988, cujos direitos ali expressos representam uma conquista de todo povo brasileiro. Na prática, essa transferência significa que a definição sobre as terras onde os indígenas poderão exercer seu direito à permanência física e cultural está sujeita às maiorias políticas de ocasião. Sabemos que hoje esta maioria representa interesses pessoais e financeiros e atua para que não seja demarcada nenhuma terra indígena, como foi dito explicitamente por parlamentares membros da Comissão Especial, que ontem aprovou a PEC 215/00.

Além disso, esta proposta inclui a possibilidade de arrendamento das terras indígenas, que são bens da União e que, com isso, seriam passíveis de serem usadas para lucros de terceiros, desrespeitando os direitos de todos os brasileiros. Prevê que indígenas sejam categorizados entre diferentes estágios de desenvolvimento e de inserção na sociedade nacional, confrontando o artigo 231 da Carta Magna, que reconhece aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, superando a lógica da tutela, integração e assimilação cultural (FUNAI, 2015).

Tal proposta se apresenta como um desrespeito as populações indígenas e quilombolas e a sociedade num todo, apresentando-se de maneira inconstitucional, medida que atende somente aos interesses dos ruralistas.

2.2 Viver a margem: Situação de fronteira e sua apropriação pelos fazendeiros e funai

Atualmente a fronteira tem sido entendida como algo a ser superado, apesar de ainda ser interpretada como uma delimitação ou limite, com a sociedade moderna há a busca de ultrapassar as fronteiras, seja da comunicação, através das tecnologias, por meio da mobilidade, das redes sociais e outros. De acordo com Mondardo (2018), a globalização neoliberal promove transformações e cria novas fronteiras e as recria, com novos elementos incorporados/recombinados que promove uma mutação da natureza dos limites e fronteiras. Pois a fronteira não é tão somente aquilo que demarca, ou separa, estática, mas também se apresenta em movimento, como passagem, aquilo que une, onde há o encontro de culturas, há sobreposição.

O Mato Grosso do Sul tem boa parte do seu território em faixa de fronteira com o Paraguai, e tem seu histórico atrelado à defesa da região através de conflitos territoriais e ao fomento à ocupação territorial como estratégia de defesa da fronteira. Além disso, com a demarcação dos Estados Nação, houve uma sobreposição de territórios Kaiowá e *Paĩ-Tavyperã*, fazendo com que o estado tenha parte de seu território como terras tradicionalmente ocupadas. O Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país, tendo em sua maioria indígenas da etnia Guarani, com os subgrupos de Kaiowá e Nandeva.

Para além da percepção enquanto limite e demarcação, a “fronteira é lugar de comunicação, de troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado” (MACHADO, 2000), com isso podemos relacionar diferentes olhares sobre a fronteira, principalmente em relação aos povos indígenas que têm problemáticas políticas devido a linhas limítrofes que não fazem parte de sua construção social, em especial os povos Guarani. O Mato Grosso do Sul é, também, atravessado por fronteiras além da internacional, como fronteiras agrícolas, culturais, sociais entre tantas outras. É nesse sentido que iremos realizar um debate sobre esses variados tipos de fronteiras que atravessam cotidianamente o estado e a vida dos atores e sujeitos que ali se encontram.

Para isso, inicialmente iremos abordar as diferentes noções de fronteira, posteriormente analisar quais se encontram na região sul do Mato Grosso do Sul. A fronteira pode ser vista através de duas formas, material enquanto delimitador físico, e metafórico em que é empregada no sentido simbólico. Ferrari (2014) afirma que embora as diversas noções apresentadas, em maioria a fronteira é apresentada como realidades opostas. Nessa perspectiva, a fronteira é apresentada como uma área em que marca um contraponto, uma área de transição de ideias, de posicionamento político, de racionalidade, cosmologia. E ao mesmo tempo pode ser considerada uma área de encontros de povos, culturas, modos de ver e viver o mundo.

Ferrari (2014) apresenta a fronteira através do seu processo histórico, pois o conceito se transformou, assim como os sentidos dados a ele. Inicialmente as fronteiras eram vistas um símbolo de autoridade e ao mesmo tempo era considerada sagrada, com isso a violação dela era considerada sacrilégio, levada a punição severa daqueles que infringirem tais regras. Nesse contexto, a fronteira era estruturada de acordo com cada grupo social, sustentadas por suas crenças, mantendo sua relação com domínio espacial.

Já na antiguidade ainda com caráter religioso, a fronteira assume um caráter rígido, ela se estabiliza. Durante o Império Romano e Império Chinês a fronteira tinham caráter defensivo, era considerada uma área de defesa dos territórios e também um frente de expansão para conquista de novas áreas, ou seja, tinham mobilidade, ao contrário do período da Antiguidade. Ferrari (2014) ainda nos apresenta o exemplo da antiga Grécia, que utilizava a fronteira através de duas noções, como limite de propriedade e como limite da cidade, a

fronteira era materializada através de estátuas religiosas, demonstrando seu domínio político e territorial. No período clássico, a Grécia elaborou uma forma de organização social geométrica, delimitando e definindo suas fronteiras de maneira mais linear. Essa forma de organização foi aproveitada no período medieval, em que as fronteiras são consequências de contratos políticos territoriais. Embora a fronteira, neste período, ser apresentada como a construção de limites, em meio às densas florestas a população a via como uma zona de defesa, caracterizando-a como uma área defensiva e não tão somente uma construção de limites (FERRARI, 2014).

Com a cartografia moderna, a fronteira foi representada em traços precisos na divisão entre as soberanias. Ainda segundo Ferrari (2014) com o Estado moderno, o conceito de fronteira é atrelado a limites políticos territoriais, caracterizando-a com fronteira linear, com rigidez representada pelos mapas, instrumento ideal para delimitar a fronteira (FERRARI, 2014). A autora se refere ao Tratado de Tordesilhas como a primeira expressão da técnica geométrica linear criada pelos europeus e aplicada na América, posteriormente os alemães aplicaram a fronteira linear para separação de áreas de diferentes línguas, considerando montanhas e rios como fronteiras de pouco poder frente as novas concepções.

Maristela Ferrari (2014) afirma ainda que a fronteira a decorrer do processo histórico passou por transformações enquanto conceito, que foi submetido de início a questões relacionadas à religião e posteriormente a defesa de territórios, num sentido mais político e de poder, no sentido simbólico enquanto a expansão territorial representava poderio do Estado. Porém, num sentido mais amplo, a fronteira foi caracterizada como, de fato, limite territorial de uma nação ou poderio durante o Estado moderno, em que as fronteiras surgem como descontinuidade ou ruptura geopolítica, sendo elas internas ou externas as soberanias nacionais. “O objetivo não é somente separar o espaço, mas também o tempo das histórias, das sociedades, das economias, dos Estados, das línguas, entre outros.” (FOUCHER, 1991: 38 apud FERRARI, 2014: 12)

Ferrari (2014) aponta também que o debate sobre a fronteira se tratar de uma linha ou de uma zona. Gottman (2007 apud FERRARI, 2014: 12) nesse sentido, afirma que enquanto conceito geográfico, a fronteira seria uma zona geográfica, e que a linha seria um conceito político, jurídico e também um método de indicação da fronteira na elaboração de mapas. No entanto, para Raffestin (1993:167, apud FERRARI, 2014:12) a fronteira é uma zona disfarçada de linha, uma vez que uma fronteira delimitada em linha trata-se na realidade de uma zona geográfica, em especial se possuírem postos e armamentos avançados como modo de defesa.

Segundo Ferrari (2014), para Ratzel a fronteira se caracteriza mais como zona do que linha, pois ela é constituída de diversos pontos em que o movimento orgânico é obrigado a parar, ou seja, uma zona em movimento.

Portanto, se esse movimento fosse interrompido, seria devido às condições vitais necessárias, ou seja, a mobilidade cessaria momentaneamente caso encontrasse obstáculos físicos, como rios ou montanhas ou então quando esse movimento se defrontasse com outro em sentido contrário. De tal modo que, mudando as condições vitais ou enfraquecendo o movimento contrário, a linha de fronteira poderia avançar. Ratzel defendia que um “povo se forma mais rápido quando possui limites”, isto é: o limite definido favorece o desenvolvimento de um povo. Afirmava, embora com reservas, que as “fronteiras naturais” seriam mais importantes para os povos menos desenvolvidos. (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 73-74)”. (FERRARI, 2014: 13)

No entanto, Fernandes Martins, em resposta a Ratzel, evidencia o sentido da fronteira natural, considerando-as somente como fronteiras-linhas, e sim que a fronteira natural forma um elo sobre a população as margens dos rios, por exemplo, e não somente a divisão entre soberanias (FERRARI, 2014: 14).

Dessa forma, entendemos que o conceito de fronteira ao longo de seu processo histórico teve seu desenvolvimento atrelado às relações espaço temporais que estava inserida, tendo inicialmente sua delimitação ligada à religiosidade e crenças. Essa dinâmica foi transformada de acordo com as necessidades da sociedade, tendo momentos em que a fronteira representava uma área de defesa territorial, enquanto havia busca de expansão territorial que representava o poder do Estado, e enquanto estratégia geopolítica de separação entre Estado-nação. Observamos, assim, que a fronteira possui movimento, assim como o conceito, que apesar das transformações ocorridas no processo histórico, ainda configura um marco enquanto limite e encontro de diferentes populações.

Diante disso, iremos percorrer ainda sobre o conceito de fronteira, porém temos enfoque a partir do Estado moderno e seu uso enquanto dispositivo de poder, como foi apresentado por Jones Goettert (2011). Segundo o autor, fronteira é um dispositivo atribuído ao Estado-nação, que enquanto é configurada na relação tempo espaço do modo de produção capitalista é definida como uma geometria do poder, de controle e de identidade do mundo moderno de caráter hegemônico através de sua “auto-racionalidade” e razão de Estado, ou seja, na construção e reafirmação de seu poder.

As fronteiras são compostas por um “*espaço social* delimitado, geometrizado, temporalizado, historicizado, matematizado, espacializado, geografizado, ordenado e organizado como condição para o exercício do poder de Estado” (GOETTERT, 2011:2). E o poder instituído a ela é assegurada por abundantes relações de micro poder no território. A fronteira enquanto dispositivo de organização do espaço assume a condição de envolver a organização do espaço material (econômico, militar, infra-estrutural...) e do espaço imaterial (ideias, pertencimento, mitos de origem e de destino, imaginário, identidade...), delimitando a organização social num dado recorte espacial para ordenamento de acordo com os elementos que o autor chama de produção de sentidos, sendo eles a “tecnoesfera”, em que traduz os interesses distantes relacionados à técnica e modos de produção e de intercâmbio, nesse sentido a “psicoesfera” se relaciona ao estímulo de imaginário e a regras de racionalidade, adquirindo crenças, produzindo sentidos aos elementos dados pelo Estado, nesse caso.

Dessa forma, o Estado-Nação utiliza a “psicoesfera” para que dentro de sua configuração territorial a partir de suas fronteiras seja criado um ambiente de integração e reconhecimento dos indivíduos sobre dada área, fazendo que a partir dessas ações haja também a construção da territorialidade dos indivíduos sobre a área delimitada. Configurando, assim, um território e a partir desse reconhecimento e identidade há a constituição de unidade nacional enquanto sentimento nacionalista, separando entre os indivíduos *de dentro* e os *de fora*, sendo eles aqueles que possuem hábitos e racionalidades diferentes das quais foram apresentadas como cultura nacional (GOETTERT, 2011:3).

Nesse sentido, de acordo com Benedict Anderson (2008 apud GOETTERT, 2011:3) “o mapa teve papel importante na produção das “comunidades imaginadas” nacionais, modelando a imaginação do Estado, da Nação e dos Povos “nacionais” em formação”. O mapa, nesse sentido, se apresenta com um dispositivo de poder, representando a organização territorial enquanto delimitação do Estado-Nação, fazendo com que o pertencimento da sociedade possa ser referenciado espacialmente, contribuindo ao imaginário social com uma realidade palpável. O autor afirma ainda que

As nações, como todos os outros grupos culturais, usam o imaginário social como memória ideológica de atos fundamentais sagrados [...] para integrar e legitimar a ordem social”. O mapa é parte do imaginário social de toda Nação moderna, a cartografia de seu território linearmente marcada pelos traços fronteiriços, figurando como marca identitária profunda, ao passo de cada *cidadão nacional* saber a marcação dos traços do mapa da Nação à qual pertence como imagem poderosa de

identificação e pertencimento, e simultaneamente não ter a mínima ou mesmo pouca noção sobre outros perfis cartográficos nacionais (GOETTERT, 2011:4).

A fronteira, além de uma delimitação de área, ou como transição de diferentes soberanias, é também um dispositivo para concentração e criação de identidades enquanto produção de sentidos em relação ao território. Segundo Goetttert

Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, mas de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil”. De alguma maneira, as fronteiras nacionais definem uma *localização funcional* ampla, aquela da função (e da razão) do Estado de vigiar, punir, disciplinar e ao mesmo tempo impedir qualquer *comunicação perigosa*, produzindo, assim, o que podemos definir como “docilidade automática” como parte do espaço nacional (GOETTERT, 2011:6).

Para além disso, Goerttert ainda afirma que :

A fronteira *captura, orienta, determina, intercepta, modela, controla e assegura gestos, condutas, opiniões e discursos*. Obviamente que não é a fronteira *em si*, ela mesma, *em sujeito*, que captura, orienta... mas, ao contrário, é o território subjetivado, “dividido ao meio” como processo político, geopolítico e de subjetivação/objetivação, o regulador de uma fronteira *para si*, isto é, inventada, imaginada mas fundamentalmente vivida como dispositivo condicionante de um jeito de falar, de ouvir, de olhar, de sentir, de se portar, de comprar, de vender, de andar, de definir-se a si e ao outro, como algumas das múltiplas repartições típicas de fronteira. Como dispositivo, *dispomos* da fronteira como condição física e moral de divisão, de separação, e que, mesmo que também se faça como território de encontro, se projeta, em última instância, como definidor da condição de pertencimento/não pertencimento e, por isso, de inclusão/exclusão, de aproximação/estranhamento e, no extremo, de controle e vigilância tais que o corpo estranho que se vê aliado de qualquer garantia de ficar(GOETTERT, 2011: 8).

Segundo Bourdieu (1998 apud GOETTERT, 2011:9), a fronteira não é mais que um produto de uma divisão com maior ou menor atribuição a realidade, mas sim um produto de ato jurídico de delimitação, que produz diferença cultural do mesmo modo que é fruto dela. Sendo assim, a fronteira torna-se produto do que também contribui para construir. Ela marca as formas de pensar e agir no mundo moderno enquanto dispositivo de poder, controle e identidade. Porém, embora ela seja uma manifestação da ação do Estado e do mercado, parte dela também é um espaço vivido, habitando existência, imaginação e movimento, “movimento de atravessar a fronteira e ser atravessado por ela” (GOETTERT, 2011: 14).

Toda fronteira resulta de relações humanas, mas também relações humanas são reinventadas, re-imaginadas e revividas em condição de fronteira. Poderes, controles e identidades, por isso, *se movimentam* nessas relações e condição de fronteira podendo, não raras vezes, ser tomados de assalto em contra-poderes, anti-controles e “desidentidades”, desarrumando a armação socioespacial sustentada em “cada macaco no seu galho” (GOETTERT, 2011: 14).

Como aponta o autor, a fronteira é uma área de transição entre a diferença e o encontro de *nós* com os *outros*, nela o indivíduo constrói sua identidade, e ressignifica os elementos vindos dessa transição, seja ele de um lado quanto do outro, a fronteira também é feita pelo indivíduo, muito embora a presença marcada de poder do Estado, ela tem o movimento como resultado das relações humanas, e não tão somente de uma delimitação territorial. Com isso, seguimos analisando a fronteira a partir da perspectiva de Lia Osório Machado, que debate

outras questões relacionadas a noções de fronteira, porém dialoga com o que já foi apresentado.

Lia Osório Machado apresenta a fronteira como uma delimitação territorial, mas também como uma divisão temporal, em que há um consenso entre as literaturas que a importância da delimitação, demarcação tornou-se imprescindível devido ao Estado moderno, com as fronteiras lineares e sua necessidade de estabelecer a divisão entre as soberanias, apresentando assim a poderio territorial de cada Estado-nação. A fronteira, na Europa medieval, era composta por um região/zona disposta de uma área que tinha o objetivo de separar e não obter relação entre as soberanias. (MACHADO, 2002)

No entanto, no modelo atual, a fronteira migrou do sentido político para o sentido econômico, fazendo com que a região de fronteira seja, além de uma demarcação de diferenças, seja uma área de trocas. Apesar das ações de defesa fronteiriça e monitoramento de algumas zonas de fronteira, observamos que há políticas de cooperação entre os Estados, especialmente no sentido econômico, em que trazem benefícios para ambos os lados. (MACHADO, 2002)

Para Lia Machado (1998) esse processo é indicativo de que, mais do que uma perda de função dos limites e fronteiras internacionais, o que está ocorrendo é uma mutação da perspectiva do Estado em relação ao seu papel. A fronteira deixa de ser concebida somente a partir das estratégias e interesses do Estado central, passando a ser concebida também pelas comunidades de fronteira, ou seja, no âmbito subnacional. (MACHADO, 2002:8)

De acordo com o trecho acima, a fronteira num sentido econômico passa a ser uma área de movimento e investimento, ainda que fugindo da centralidade do Estado. A comunidade local reforça e subverte sua própria centralidade além dos limites territoriais internacionais e faixa de fronteira, renovando os conceitos de limite e fronteira.

Embora as zonas fronteiriças compartilhem de problemas e efeitos causados pelo limite internacional, Machado (2002) afirma que elas são concorrentes. “A duplicidade de infra-estruturas como as rodovias paralelas, aeroportos, usinas de geração de energia, entre outras, é prova dessa concorrência e fonte de desperdício de muitos recursos” (MACHADO, 2002: 9). Isso é referente a uma concepção de zonas de fronteira como regiões direcionadas para os elementos internos a elas, com caráter defensivo. Em contraponto, ainda que sejam concorrentes, essas regiões formam alianças para competir com outras coligações em seus próprios países ou em países com vínculo fronteiriço (MACHADO, 2002). De acordo com Lia Machado

A zona de fronteira seria composta pelas faixas de cada lado do limite internacional, caracterizando-se por interações que, embora internacionais, criam um *milieu* próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional. A noção de zona de fronteira não é nova na literatura geográfica e das ciências afins, com suas constantes referências à “região de fronteira” (*border zones, borderregions*). (MACHADO, 2002:11)

De acordo com Machado (2002), há uma necessidade de refletir sobre os conceitos de limites internacionais e a região de fronteira, em especial no contexto de mundo globalizado em que se acredita que cada vez mais na possibilidade de apagamento das fronteiras, num mundo sem fronteiras, em que a técnica transpassa pela fronteira e a construção de redes podem se sobrepuser a essas relações. Porém, ainda que permeiem os fluxos desses novos eventos, ainda temos uma contrariedade em relação a essa informação dada a medidas protecionistas de cada país, sendo assim, há a necessidade de analisar quais aspectos do rompimento desses limites e a integração dessas fronteiras.

Existe uma dependência dos fluxos transfronteiriços em relação ao limite internacional, e não a fronteira. Dessa forma, a construção e reprodução de redes e fluxos transfronteiriços é fundamental para projetar uma região de fronteira.

A terra é um elemento incentivador de fluxos na transfronteira, pois normalmente é mais barata do outro lado menos desenvolvido, como ocorre na fronteira entre Brasil e Paraguai, em municípios do Mato Grosso do Sul que possuem fronteira com o país vizinho, que atrai o interesse de produtores agrícolas de estado. Em alguns casos, há o aumento de êxodo rural.

Assim como Lia Machado, José de Souza Martins (1996) atenta a temporalidade da fronteira. Na fronteira, há o encontro de diferentes racionalidades que são constituídas em diferentes tempos históricos. Nela há, não tão somente o pioneiro, que no caso do Brasil teve incentivo do Estado para expansão demográfica, mas também o indígena e o Paraguaio, no caso do Mato Grosso do Sul. Os olhares e percepções sobre a zona de fronteira será construída sob diferentes cosmovisões e ao mesmo tempo há a possibilidade de que esses indivíduos possuam características em comum, devido as relações construídas nesse espaço.

Martins (1996), além de atentar as percepções sobre os viventes da fronteira, também nos aponta o olhar enquanto pesquisador para analisar as questões apresentadas em região de fronteira. Nesse contexto, o autor apresenta as diferenças de abordagens realizadas entre geógrafos e antropólogos, uma vez que os antropólogos defendem a tese de frente de expansão, em que configura as ações para a ocupação territorial do estado, no sentido de vivência e espacialização do indivíduo, não tendo relação direta com a questão econômica. No entanto, os geógrafos caracterizam essas mesmas ações através da frente pioneira, em que há a relação econômica, considerando a mercantilização da terra como um dos principais fatores para fomento de ocupação territorial do estado.

A fronteira é apresentada por Martins (1996) como lugar de alteridade, em que há o reconhecimento do que somos *nós* e os *outros*. E isso fica mais evidente quando relacionado com populações indígenas, pois embora os paraguaios tiverem sua construção cultural e lingüística diferente da brasileira, eles ainda compõem o que conhecemos como sociedade moderna, inserida no contexto do meio técnico científico informacional, com racionalidade ocidental capitalista.

“Para o índio o avanço da frente de expansão não repercute apenas por colocá-lo diante de uma humanidade diferente, a dos civilizados. Repercute nos rearranjos espaciais de seus territórios e nas suas relações com outras tribos, sobretudo as inimigas. Essas mudanças resultam em muitas perdas, não só do território, mas também de vidas e de elementos culturais.”(MARTINS,1996: 37)

De modo geral, o encontro ou contato com os indígenas resultam em massacres anunciados. O que antes eram resultados de ações de contato e a tentativa de desumanizar os indígenas por conta da diferença, atualmente as ações se revela através da perspectiva de reconhecê-los como invasores da terra em que há tempos habitam, muito antes da pretensão de expansão territorial.

Em consideração a fronteira ser, tanto uma demarcação e delimitação de território, quanto a ser uma zona de encontro e diferença, abordaremos a seguir a perspectiva de multietransterritorialidade na fronteira por Marcos Leandro Mondardo, a partir da percepção dos Guarani e Kaiowá de território de trânsito desse grupo étnico, que estão localizados no Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil. Em especial, temos o caso dos Guarani e Kaiowá que habitam a região sul do Mato Grosso do Sul, na zona de fronteira entre Brasil e Paraguai, e que enfrentam conflitos territoriais no estado.

Marcos Mondardo (2018) percebe a fronteira através de três concepções, a política, a econômica e a cultural. E sendo construída através de “múltiplas trajetórias, de sujeitos

coletivos em disputa por espaço, na produção de territórios e na afirmação de identidades pela reinvenção de suas territorialidades” (MONDARDO, 2018: 315)

Como apontado pelo autor, a fronteira é construída a partir da percepção territorial de uma sociedade, nesse sentido, observamos uma imposição de racionalidade, pois enquanto a lógica territorial da sociedade ocidental capitalista vê o território e a fronteira a partir da perspectiva de delimitação territorial e a demarcação de poder enquanto Estado-nação,

“A lógica territorial do indígena é outra, e a mobilidade, na maioria das vezes, constitui um elemento central para a territorialidade desses sujeitos, com uma necessidade de circulação muito grande no interior de um *tekoha* e na relação entre estes e as famílias extensas” (MONDARDO, 2018: 293-294).

Segundo Mondardo (2018), os Guarani e Kaiowá possuem redes familiares ligadas ao *tekoha* e que são localizadas entre a fronteira do Brasil e Paraguai, situadas na área do *Tekoha Guasu*, através de relações afetivas como casamento, e outros, há os trânsitos transfronteiriços, construindo uma territorialidade ligado a vínculos de parentesco. Esse trânsito transfronteiriço e essa multiterritorialidade torna-se uma questão uma vez que essas características de mobilidade são utilizados como argumento para fazendeiros deslegitimar e na tentativa de desqualificar a luta territorial dos Guarani e Kaiowá dos indígenas brasileiros, questionando sua identidade ao considerá-los paraguaios. Para além dos discursos, podemos observar que algumas práticas do cotidiano de zona de fronteira também podem ser problemáticas para esse grupo étnico, como a relação do narcotráfico e a disputa de domínio do tráfico em recente guerra entre o PCC e o comando vermelho. Nesse sentido, há variáveis questões que podem envolver a esses grupos étnicos justamente pela zona fronteira ter um histórico ligado a ilegalidade, tanto no sentido da guerra pelo tráfico, quanto às condições precárias de trabalho, tendo em alguns casos o trabalho escravo.

2.2.1 A fronteira internacional

No caso do Mato Grosso do Sul, para além das fronteiras que atravessam o estado, a fronteira internacional entre Brasil e Paraguai é entendida como uma problemática, como apontado por Mondardo (2018).

Uma das questões envolvendo territórios indígenas e a fronteira internacional é a sobreposição de territórios, uma vez que a criação dos Estados Nação brasileiro e paraguaio divide administrativa e politicamente o *Tekoha Guasu*. Por outro lado, devido ao intenso processo de expropriação territorial sofrido pelos Guarani e kaiowá e os conflitos territoriais decorrentes da morosidade na regularização das Terras Indígenas no estado, há constantes tentativas de retirada de direitos dos indígenas alegando, por exemplo, que eles possuem outra nacionalidade e assim não possuem direitos no território brasileiro.

O histórico do estado, como vimos, é repleto de ações de remoções sistemáticas e mobilidades forçadas. Com isso, os Kaiowá e Guarani procuraram refúgio dentro do seu grande território, que tem suas redes de parentescos. Nesse contexto, a fronteira internacional não é um impedimento para que a *caminhada (oguata)*⁵ seja realizada, pois essa divisão tem sentido na lógica de sociedade capitalista. Na perspectiva dos Kaiowá e Guarani

a noção de território é consciente. Seu sistema religioso elabora essa dimensão espacial e indica uma noção de território na qual se insere sua “gente”, agrupada nos *tekoha* que, regionalmente, estabelecem relações políticas e de solidariedade com outros *tekoha*. (...) Não é no território que se radica a referência primeira para o

⁵ Caminhar migratório (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000)

Kaiowá - e o mesmo se pode dizer dos Nandeva. Entre eles o *tekoha* é a referência primeira do indivíduo, superada apenas pela área do *te`yi*, isto é, a região dentro do *tekoha* na qual a família extensa se define espacialmente. (Thomaz de Almeida, 2000: 122)

Sendo a noção territorial dos indígenas construída pela vivência e o modo de ser enquanto guarani tendo como base sua religiosidade, a fronteira internacional não é um fator limitador para a transitoriedade desses grupos. Isso também se reflete na composição dos territórios e os limites da fronteira, pois temos territórios que ultrapassam a fronteira internacional, em que na perspectiva dos Guarani e Kaiowá são territórios que possuem continuidade, como o caso de Nande Ru Marangatu localizado no município de Antonio João no Brasil e Pysyry localizado no lado paraguaio.

Essa transitoriedade, entendida pelo lado brasileiro, em especial dos produtores rurais, configura uma busca de benefícios de direitos sociais e territoriais no estado. Desse modo, há diversas acusações que remetem as retomadas de terras como invasões realizadas por “indígenas paraguaios”. Essa justificativa é apresentada de acordo com o fenótipo dos indígenas, a língua, como podemos ver a seguir:

Atraídas pelo dinheiro do vale-alimentação e outras benesses concedidas pelo governo brasileiro, como bolsa-escola, vale-gás e vale-transporte, centenas de índios paraguaios estão se fixando no Brasil. Da etnia caiovás-guarani, eles estão na linha de frente dos grupos que desde o mês passado vêm invadindo fazendas na região de fronteira entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai.

No país vizinho, os índios não recebem ajuda oficial e contam apenas com o auxílio de organizações não-governamentais. No lado brasileiro, gozam de maior proteção legal e é mais fácil o acesso à terra. A intensa migração já foi constatada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), segundo o administrador regional William Rodrigues. Ele diz que pelo menos 600 índios paraguaios se juntaram aos brasileiros na escalada de invasões de fazendas iniciada em dezembro. ?Como são da mesma etnia, vieram para ajudar os brasileiros, pois eles não reconhecem as nossas fronteiras.? (Jornal Tribuna PR, 2004)⁶

A reportagem aponta o aumento da população Guarani Kaiowá e relaciona a vinda de “indígenas paraguaios” como motivo desse crescimento. Além disso, há o questionamento da proteção legal daqueles que ultrapassando as fronteiras, ignorando ou desconhecendo a dinâmica territorial dessa etnia, que é transfronteiriça sendo localizada entre 4 países na América Latina. A sociedade moderna capitalista não reconhece modelos de sociedade que não possuem formas de pensar e agir de maneira divergente das que estão impostas, porém outras sociedade de articulam e se organizam socialmente de acordo com sua cultura e modos de viver, sendo assim, a mobilidade desses povos não se restringe a um modelo imposto por outra sociedade, e o que eles entendem como seu território, fronteira e outros conceitos.

“No movimento de resistência esses povos constroem redes, e na fronteira produzem um território-rede, interligando, por exemplo, uma reserva no Mato Grosso do Sul com outra reserva no Paraguai e outros no Brasil. Neste trânsito transfronteiriço os Guarani e Kaiowá acionam os territórios do mesmo grupo étnico e com isso cruzam o limite entre os países, num sentido de passagem e de confronto (HAESBAERT, 2011c), convivendo com os seus semelhantes dos dois lados da

⁶ Índios paraguaios invadem o Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/indios-paraguaios-invadem-o-mato-grosso-do-sul/>>.

fronteira e, de certo modo, ignorando ou mesmo relativizando os limites nacionais.” (MONDARDO, 2018: 294)

A mobilidade para os Guarani e Kaiowá faz parte de seu cotidiano, pois é desse modo que os sujeitos estabelecem também seus vínculos familiares, no caso do Mato Grosso do Sul, a delimitação do Estado- nação foi realizado sobrepondo a outras territorializações realizadas por este grupo étnico, com isso o que ele compreende como parte de seu território e essas zonas de fronteira não são consideradas como parte de sua organização territorial, fazendo com que esses povos não se reconheçam através desses limites políticos e culturais.

No trecho abaixo, a língua é apresentada para indagar a nacionalidade desses indígenas:

Segundo Escobar, a suspeita dos produtores da região é que os grupos invasores não são formados somente por indígenas brasileiros, mas sim por integrantes paraguaios. “Eles só falam guarani”, afirma. (Portal Famasul, 2015)⁷

O produtor rural Escobar desconsidera a nacionalidade dos Guarani e Kaiowá devido a língua falada entre eles, o guarani. No entanto, o Paraguai, é um país bilíngüe em que se fala espanhol e guarani. No Brasil, apesar de ser considerado apenas o português sua língua oficial, temos 275 línguas faladas de diversas etnias indígenas (IBGE), isso sem falar em outras línguas e dialetos falados em todo território nacional e entre elas temos o guarani. O guarani, falado entre os três subgrupos da etnia Guarani no Brasil, os Kaiowá, M'bya e Nandeva, que podem ter algumas variações e, porém há a comunicação entre eles. Desse modo, como a língua falada poderia caracterizar a perda da nacionalidade desse povo? Se enquanto povo eles são Guarani, o que seria a nacionalidade senão uma questão burocrática transferida da nossa sociedade para a deles? E os movimentos forçados para que esses povos abrissem espaço para o avanço agrícola, que acarretaram na e caminhada além da fronteira nacional ora por abrigo, ora por condições de trabalho para se manterem além das caminhadas realizadas pela relação de parentesco e continuidade de vínculos entre os parentes. Essas ações não são consideradas nos julgamentos sobre qual indígena pode ser classificado brasileiro ou não?

Outro fator importante é a apresentação da ideia de desbravador e pioneirismo dos produtores rurais pra validar sua permanência nas terras indígenas. A imagem do desbravador, fomentada pelo governo na década de 40, lembrando o bandeirismo foi incentivado para a migração da população para áreas consideradas desocupadas, dando a ideia de desbravamento da região somado a falta de estrutura dada aos novos colonos por volta de 1950, a após a primeira etapa da instalação da CAND. Desse modo, os produtores desconsideram, por vezes, a legitimidade de direitos territoriais dos indígenas apesar de ter em suas falas o registro da presença de indígenas no estado, principalmente pela atuação dos Guarani como mão de obra nos cultivos. Ainda assim, há uma resistência em considerar legítimo o direito e a luta territorial dos indígenas devido as ações feitas pelos seus antepassados nas áreas ‘desbravadas’ e a valorização do trabalho e investimentos anteriores de colonos e/ou daqueles que compraram as terras. Temos como exemplo a fala de Escobar, no trecho abaixo, em que apresenta umas das argumentações validando seu direito a propriedade herdada de seu bisavô.

A propriedade é da família Escobar desde 1882, conta o produtor, quando as terras da fazenda foram concedidas ao bisavô, Miguel Escobar, depois da Guerra do

⁷MS: Depois de invadir fazenda, indígenas impedem acesso para tratar os animais. Disponível em: <<https://portal.sistemafamasul.com.br/noticias/ms-depois-de-invadir-fazenda-ind%C3%ADgenas-impedem-a-cesso-para-tratar-os-animais>>.

Paraguai. “Eles foram heróis por habitar uma região de violência e em conflito com o país vizinho, onde havia um clima de insegurança. O local era isolado, todo o patrimônio construído no lombo de burro”, contextualiza. Atualmente, a fazenda São Luiz está em nome do pai, Firmino Aurélio Escobar, de 83 anos. (Portal Famasul, 2015)

As problemáticas da fronteira internacional em relação à segurança são apresentadas como um fator complicador, considerando os indígenas como participantes de algumas ações que também podem ser atribuídas aos não indígenas, como o consumo de drogas e o alcoolismo. Na tentativa de banalizar e atribuir estereótipos negativos a imagética dos Guarani e Kaiowá, a produtora Maria Helena Vanzella Ramos, com propriedade localizada em Coronel Sapucaia, relata:

“Eu quero que o senhor veja a situação nossa, o que nós estamos passando. Lá é corredor de drogas, nós vemos índios alcoolizados 24 horas, nós vemos índios drogados 24 horas. O senhor sabe o que um drogado, um alcoolizado faz. Ele não pensa. É isso que eu quero que vocês tomem providência. A situação está feia. Eu sou uma mãe de família, trabalhei a vida inteira para criar os meus filhos”, ressaltou a produtora. Maria Helena reclamou ao ministro os seus direitos de propriedade. “Eles têm o seu direito, mas nós também temos em uma terra que não é área indígena (...). Eu não aguento mais isso, pedir socorro e clamar em portas que nunca se abrem”. (Portal Famasul, 2015)⁸

Em novembro de 2018 o Sistema de Monitoramento de Fronteiras, o Sisfron, teve 90% de aproveitamento para auxiliar na proteção das fronteiras, e com isso houve o monitoramento da travessia de índios na fronteira com o intuito de legitimar o argumento de que havia índios atravessando a fronteira para ‘infiltrarem’ as ações de retomada, porém o monitoramento provou justamente o contrário, como podemos ver abaixo:

No calor das ocupações de fazendas em Antônio João chegou informação à Brigada que paraguaios estariam se infiltrando em meio aos indígenas e que mais paraguaios atravessariam a fronteira. Rui Matsuda afirma que isso não ocorreu e tudo foi constatado com o apoio de radares móveis capazes de vasculhar a presença de pessoas, seja a pé ou rastejando, bem como de veículos, em raio de até 10km. A Brigada instalou equipamentos como esse em pontos diferentes da fronteira. “Essa travessia de paraguaios junto aos índios caiu por terra”, disse o general durante reunião com os assessores (Jornal O Progresso, 2015)⁹

A Federação de Agricultura e Pecuária Mato Grosso do Sul, conhecida como Famasul, se denomina como uma sociedade jurídica de direito privado interno sem fins lucrativos, que tem o objetivo de auxiliar no desenvolvimento sustentável do agronegócio representando os interesses de produtores e sindicatos rurais¹⁰. Com isso, podemos observar através dela o

⁸ Ministro da Justiça define ações, mas não garante reintegração de posse no MS. Disponível em: <<https://portal.sistemafamasul.com.br/noticias/ministro-da-justica-define-acoes-mas-nao-garante-reintegracao-de-posse-no-ms>>.

⁹Sisfron atua em conflito de terra em Antonio João. Disponível em: <<https://www.progresso.com.br/policia/sisfron-atua-em-conflito-de-terra-em-antonio-joao/166410>>.

¹⁰ Ver mais em <https://portal.sistemafamasul.com.br/institucional>. Acesso em 18/10/2019

posicionamento dos produtores e sindicatos quanto à questão indígena no estado que, de um modo geral, as mídias locais referenciam as notícias chamando os indígenas de invasores, o que não apresenta a imparcialidade em relação aos Guarani Kaiowá contribuindo para reforçar uma imaginética negativa aos indígenas. Desse modo, observamos também qual discurso é apresentado pelos produtores rurais, e que em muitos momentos invalidam e desqualificam os Kaiowá e Nandeva como indivíduos de direitos, como sociedade e devido a fronteira internacional a nacionalidade imposta pelo Estado também é posta em questão. Em 2009 a Famasul deu entrada a uma ação judicial em que afirmou a presença de “indígenas paraguaios” para ajudar os Guarani a Kaiowá nas ações de retomada

A construção de uma realidade através do poder estabelece uma ordem do sentido imediato do mundo, ao que o capitalismo propõe com a globalização e a universalização de modos de produção. Nesse sentido, os indivíduos irão reproduzir o discurso de forma natural, “por meio da imposição mascarada de sistemas de classificação e de estruturas mentais ajustadas à estrutura sociais” (BORDIEU, 1989).

Mais recentemente, em 2018, houve uma investigação pela Polícia Federal sobre uma possível irregularidade no registro de nascimento de indígenas no Paraná. Através dessa investigação, um jornal local do Mato Grosso do Sul, o Diário MS, apontou que se caso houvesse uma investigação semelhante, a Polícia Federal encontraria diversas irregularidades, em especial em cidades fronteiriças:

Se fizessem a mesma coisa, as Delegacias da Polícia Federal de Dourados, Ponta Porã e Naviraí iriam descobrir que o Mato Grosso do Sul foi transformado por Organizações Não-Governamentais (ONGs) e por indigenistas fajutos em verdadeiras fábricas de índios, ou seja, paraguaios nascidos em Salto del Guairá, na fronteira com Mundo Novo; Corpus Cristi, na fronteira com Sete Quedas; Colônia Alborada, na fronteira com Japorã; Ipejhu, na fronteira com Paranhos; Capitan Bado, na fronteira com Coronel Sapucaia; Cerro Sarambi, na fronteira com Aral Moreira; Pedro Juan Caballero, na fronteira com Ponta Porã; Bella Vista Norte, na fronteira com Bela Vista; Itaverá, na fronteira com Antônio Antônio João; San Carlos, na fronteira com Caracol; Puerto Esperanza, na fronteira com Porto Murtinho, estão sendo registrados por cartórios como se fossem brasileiros (Jornal Diário MS, 2018)¹¹

O jornal questiona a ação da Funai, devido a instituição facilitar o acesso a documentação brasileira a indígenas que o jornal afirma serem paraguaios. Em entrevista na Funai de Ponta Porã em 2016, houve o apontamento da demanda de registros e documentações no Brasil justamente por essa mobilidade dos Guarani e Kaiowá, esse processo de caminhada e de fortalecimento de vínculos e redes se contrapõe a uma lógica burocrática em que os países como o Brasil se organizam administrativamente. E ainda que tenha demanda para validar as ações de povos transfronteiriços, há uma resistência para atender esta demanda.

Durante a Aty Guasu Ñnade Reko Resakã Yvy Rupa, o I Encontro de Povos Guarani da América do Sul, ocorrido na aldeia Añeteté no município de Diamante d'Oeste- Paraná em 2010, houve a redação no final do evento de uma carta que continha reivindicações de legislações para o livre trânsito cultural de acordo com as tradições dos povos indígenas. A carta foi entregue aos ministros da cultura do Brasil e Paraguai. No segundo encontro

¹¹ Era o que faltava: Polícia Federal investiga ‘fábrica’ de índios na Funai. Disponível em: <<https://diarioms.com.br/era-o-que-faltava-policia-federal-investiga-fabrica-de-indios-na-funai/>>. Acesso em 15/09/2019.

realizado em 2011 no Paraguai, as reivindicações foram fortalecidas, declarando ao final do evento¹²:

1. La consulta y participación permanente y oportuna a nuestra Nación por parte de los poderes del Estado en todos los casos que afecten a nuestros pueblos originarios y en especial para la elaboración, sanción y promulgación de leyes.
2. El cumplimiento por parte de los gobiernos nacionales, departamentales y municipales y los Estados (los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial) de las leyes, en particular el Convenio 169 y la Constitución Nacional, normas de protección y de derechos de la Nación Guaraní.
3. El respeto a la autonomía y la libre determinación de nuestros pueblos que constituyen nuestro derecho colectivo a decidir cómo vivir, cómo aplicar nuestras pautas y normas y cómo desarrollarnos.
4. El reconocimiento político de nuestra Nación por parte de los países asentados sobre el espacio territorial ancestral guaraní y de su libre determinación.
5. El libre tránsito por nuestro territorio ancestral porque las fronteras no existen para nuestros pueblos porque preexistimos a los Estados.
6. El respeto y protección del espacio territorial de la Nación Guaraní que incluye no solo la propiedad de la tierra sino el espacio geográfico donde ancestralmente se desarrolló y desarrolla actualmente la cultura guaraní.
7. La protección de los recursos naturales, en especial el acuífero guaraní que forma parte del subsuelo de la territorialidad de nuestro pueblo que abarca Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.
8. Indemnización por el uso, explotación y destrucción de la tierra y de otros recursos naturales de los territorios y *tekoha* guaraní.
9. La garantía y la efectiva demarcación de las tierras.
10. El fin de la criminalización de los pueblos originarios y el cese de la persecución y muerte de nuestros hermanos y líderes.
11. Justicia en todos los casos de detención, desaparición y muerte de nuestros hermanos.
12. Juicio de responsabilidad penal y civil a los asesinos y criminales que atentaron o atenten contra cualquier miembro de la Nación Guaraní y sus organizaciones.
13. Protección y respeto al derecho colectivo sobre los saberes, espiritualidad, usos medicinales y demás demostraciones y expresiones de nuestro patrimonio cultural Material e inMaterial.
14. El cumplimiento de las leyes sobre protección ambiental, con mayor rigor en los casos de cultivos con usos de agrotóxicos que destruyen comunidades, envenenan los cursos de agua y la tierra, destruye la biodiversidad, en especial la vida humana.
15. Garantía política social a la Nación Guaraní desde sus propios usos, costumbres y tradiciones.
16. El respeto y declaración de la lengua guaraní como idioma oficial en los países ubicados sobre la territorialidad de la Nación Guaraní.
17. La vigencia inmediata de educación diferenciada y específica utilizando nuestras propias lenguas; y la formación de los profesores con cosmovisión política, social, económica, espiritual y cultural de la Nación Guaraní; incluyendo como maestros a nuestros abuelos y abuelas, depositarios de los saberes milenarios de su cultura.

¹² Declaración final Del II Encuentro de la Nación Guaraní. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/encuentroguaranipy/>>. Acesso em 18/10/2019.

18. El cumplimiento del derecho a la consulta previa a la comunidad o pueblo afectado, y en todos los casos, cumpliendo tratados internacionales, para la exploración y/o explotación de hidrocarburos y otros minerales.
19. La garantía para el acceso de las comunidades a agua potable y de calidad.
20. El cumplimiento de las sentencias de la Corte Interamericana de DDHH sobre restitución de tierras ancestrales a los hermanos indígenas del Chaco (enxet) y la solución de otros conflictos existentes sobre reclamos de tierra de los pueblos originarios.

Dentre as questões debatidas no evento, resolveram:

Primero: El territorio y todo lo que en él existe son derechos fundamentales a los que no renuncia ni renunciará la Nación Guaraní porque es parte de su existencia, de su identidad, de su vida física, cultural y espiritual.

Segundo: Reivindicar la territorialidad como parte de la extensión física y cultural de la Nación Guaraní.

Tercero: Se ratifica en el reconocimiento del Consejo Continental como instancia organizadora, articuladora y representativa de la Nación Guaraní, integrado por los representantes de Argentina, Brasil, Bolivia y Paraguay.

Cuarto: Que la Nación Guaraní no formará parte de la estructura del MERCOSUR y que se abocará al fortalecimiento de sus organizaciones de base y el Consejo Continental. El plenario discutió la propuesta inicial del I Encuentro de crear una instancia a nivel del mercado común y decidió por ahora no dar curso a la proposición.

Quinto: No considerar el Bicentenario de la independencia del Paraguay como aniversario para celebrar porque para nuestros pueblos solo fueron 200 años de despojo, discriminación, humillación, avasallamiento, persecución, saqueo y muerte.

Sexto: Solidaridad con todos los pueblos originarios hermanos, apoyo a sus luchas y resistencia por mantener su tierra, su identidad y su cultura.

Séptimo: Ratificar la decisión del Consejo de renombrar al Encuentro como de la Nación Guaraní. Asimismo asume que de ahora en más todos los encuentros serán convocados por el Consejo Continental, denominando al próximo como III Encuentro de la Nación Guaraní en el país o Estado que este aty guasu defina.

Em 2017 a Lei de Migração revogou a Estatuto do Estrangeiro de 1980. A Lei 13445/17 foi sancionada pelo então presidente Michel Temer em que apresenta a migração como um direito humano. No entanto, foi vetada a parte em que garantia o movimento transnacional de populações indígenas da América do Sul. Com o projeto haveria a livre circulação de das terras tradicionalmente ocupadas, porém em justificativa o governo pontuou que o projeto era inconstitucional e poderia ser uma ameaça a segurança do território nacional:

§ 2º do art. 1º

“§ 2º São plenamente garantidos os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o direito à livre circulação em terras tradicionalmente ocupadas.”

Razões do veto

“O dispositivo afronta os artigos 1º , I; 20, § 2º ; e 231 da Constituição da República, que impõem a defesa do território nacional como elemento de soberania, pela via da atuação das instituições brasileiras nos pontos de fronteira, no controle da entrada e saída de índios e não índios e a competência da União de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas, proteger e fazer respeitar os bens dos índios brasileiros.”(BRASIL, 2017)

Em movimento contrário as demandas dos povos Guarani, o governo federal ainda considera a mobilidade transnacional desses povos como uma ameaça ao território nacional, apresentando mais uma vez a fronteira internacional como uma problemática e podendo reforçar em alguns momentos o discurso dos produtores rurais em relação a essa “transfronteiridade” da etnia.

CAPÍTULO III. ÑANDE RU MARANGATU E A FRONTEIRA INTERNACIONAL

O *tekoha* Ñande Ru Marangatu, localizado no município de Antonio João, possui uma área demarcada em 9 mil ha e, de acordo com o Instituto Socioambiental, atualmente há aproximadamente 1218 pessoas vivem nesta Terra Indígena. Homologada em 2005, este *tekoha* teve sua homologação suspensa por meio de liminar judicial no mesmo ano pelo ministro do Superior Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim. O processo de demarcação desta Terra Indígena iniciou em 1999, porém foi considerada reservada a partir de 1991.

O *tekoha* foi batizado em 1999 enquanto os indígenas ocupavam a área, como apresentado por Thomaz de Almeida:

“No dia 26.05.1999 o tekuaruvixa Atanás batizou o novo **tekoha** com o nome de **Ñande Ru Marangatu**. *Marangatu*: *mãrã y katu*; virtud, provecho, bondad, honra. *Avamarangatu*: hombre honrado; *che marangatu* (Montoya, 1876:210). O *teko marangatu*, “é o modo de ser religioso paĩ-kaiowa, que se refere a relações diretas com o divino. (...) Está constituído fundamentalmente por crenças e práticas religiosas, com seus ritos e objetos sagrados. Na concepção Kaiowa o *teko marangatu* é a reprodução, a imitação, o reflexo do modo de ser dos deuses”. (PPT, 1975:14) Ñande Ru Marangatu: Nosso (ñande) Pai (ru) virtuoso, honrado, sagrado. Refere-se ao morro ou montanha localizada no centro do **tekoha** (v. Fotos Nos. 11, 12, 13, 14) (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000: 17).

Por tanto, Ñande Ru Marangatu é considerado solo sagrado, de contato com divino das famílias que o pertencem. O processo histórico de Ñande Ru Marangatu, no contexto das expropriações territoriais, é semelhante ao que já apresentamos com os avanços produção da agropecuária e a distribuição de terras pelo Estado. Neste capítulo apresentaremos o contexto desta terra bem como os eventos nela ocorridos, em especial abordaremos a sua relação com a fronteira internacional e a dinâmica de espacialidade e mobilidade dos Guarani Kaiowá.

3.1 Memórias do esbulho à luta pela homologação

Segundo Meliá (1976 apud OLIVEIRA; PEREIRA, 2009), Campestre se estendia do norte do rio Estrela a cabeceira do rio Apa. Liderada por Alciro, Castro Correa Villalba, este *tekoha* tinha uma área de 7.5 hectares com uma população composta por 45 famílias, totalizando 225 pessoas. Também conhecida como Guapo'yrapo e Cerro Marangatu, Campestre era localizado nas proximidades da Vila Campestre, que foi ali instalada removendo algumas famílias kaiowá da região. Até a década de 40 havia famílias kaiowá em torno de uma das nascentes da margem direita do Rio Estrela, que foram removidas por pecuaristas. Por volta de 1930, a vila de Campestre foi instalada para suprir algumas demandas e servir de parada para construção da estrada entre Ponta Porã e Bela Vista. Em consequência disso, houve o aumento de presença de não índios na região, sobretudo com a vinda de colonos para produção agropecuária, segundo Thomaz de Almeida (2000), a presença de não índios foi um motivo capaz de espantar as famílias Kaiowás que tivessem proximidade a área. Oliveira e Pereira (2009) apresentam ainda que quando chegaram os primeiros *karai*¹³ havia famílias Kaiowá onde seria instalada a Vila Campestre.

¹³ Como os indígenas se referem em guarani aos não índios, os brancos (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000).

Entre os anos de 1940 e 50 com a chegada de fazendeiros houve o assentamento forçado dos indígenas nos limites da vila Campestre, segundo Thomaz de Almeida (2000a: 21) os fazendeiros consideravam que ali instalados os índios não seriam um problema.

A ocupação efetiva da área periciada com atividades agropecuárias iniciou-se no final da década de 1940, quando diversos particulares tentam se apossar de partes da área periciada. É nesse período também que teve início grande parte da cadeia dominial. Com efeito, as terras foram requeridas ao governo do então estado de Mato Grosso. Os particulares de posse de documentos legais iniciaram a ocupação da terra e realizam o deslocamento paulatino das famílias indígenas que ali residiam. Na época, as famílias da comunidade de *Marangatu* não contaram com nenhuma assistência legal e, portanto, tiveram de deixar o local. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009: 228)

Segundo Rodrigues et al. (2018) os mais antigos narram que os territórios foram desocupados a mando de Pio da Silva, uma figura importante no processo de expropriação desta região. Posteriormente a desocupação, foram instaladas, ao longo dos anos, cinco fazendas sobre o *tekoha* marangatu, a fazenda Primavera, Fronteira, Cedro, Bananal e Barra (RODRIGUES, et. al., 2018). Em meados dos anos 60, com a intensificação do desmatamento para abertura de pastos, as famílias Kaiowá foram acomodadas em um loteamento urbano por intermédio do fazendeiro cuja prefeitura municipal cedeu de maneira paliativa uma área que não corresponde nem a um hectare, conhecida como aldeia Campestre. Essa medida foi realizada devido ao trânsito de indígenas se deslocando de uma área a outra conforme o mato era posto abaixo, construíam e reconstruíam suas casas e as suas roças. Apesar desses deslocamentos, as famílias persistiam em não abandonar o seu lugar, e resistiram à transferência para outras áreas que não reconheciam como seu *tekoha* (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000).

Esta característica foi de extrema importância para o processo de demarcação da Terra Indígena, pois a permanência dessas famílias em áreas próximas ao *tendape*¹⁴, ainda que de maneira “nômade”, foi crucial para considerá-la uma terra tradicionalmente ocupada, diferente de outras terras como a Pirakuá (Thomaz de Almeida, 2000a). Em relato ao Grupo de Trabalho da Funai para realizar um Laudo Antropológico coordenado pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, os fazendeiros apontam a presença de indígenas transitando na região, porém dizem desconhecer a presença de aldeias nas proximidades.

Na década de 70, parte das famílias Kaiowá foram obrigadas a deixar seu *tekoha* e buscaram abrigo do outro lado do rio Estrela, com seus parentes que viviam no país vizinho, em Pysyry. A Funai tinha conhecimento da situação que os Kaiowá de Ñande Ru Marangatu viviam, porém as soluções apresentadas pelo órgão consistiam na transferência dessas famílias para a Reserva de Dourados ou a oferta de alguns hectares de terra. No entanto, essas propostas não atendiam as demandas territoriais do Kaiowá, além de não compreender a noção espacial e o vínculo que o povo Guarani tem com sua terra, em que tem seu modo de ser guarani.

Nos primeiros anos da década de 70, as terras Kaiowá no Paraguai foram demarcadas. O Projecto Paĩ-Tavyterã, o PPT, realizou o trabalho de demarcação em conjunto com as instâncias do governo responsáveis pelo setor fundiário. Somente em 1975 foi criado no Paraguai o Instituto Nacional Del Indígena, o INDI, que tem sua estrutura similar a Funai. No momento da identificação de Pysyry como terra indígena, houve a identificação da área que corresponde a Marangatu como terra kaiowá do lado brasileiro (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009). Porém o processo de demarcação de Ñande Ru Marangatu só foi realizado por intermédio das ações de retomada realizadas pelas famílias Kaiowá.

¹⁴ Lugar em que se está (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000)

Em dezembro de 1998 as famílias Kaiowá “entraram” no Marangatu por volta das cinco horas da manhã, cerca de 250 indígenas ocuparam e estabeleceram acampamentos próximo da sede da Fazenda Fronteira, e nas proximidades de Cerro Marangatu. Após a entrada os indígenas anunciaram o prazo de dez dias para a saída dos fazendeiros. Essa articulação tomou por surpresa os fazendeiros, que não atribuíam à população guarani a habilidade de uma movimentação política e organizada para conquista de seu território (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000). Desde esse período os indígenas permaneceram acampados em área de 60 hectares da fazenda Fronteira aguardando o reconhecimento de sua terra tradicional e a desapropriação da propriedade, nesse meio tempo os Kaiowá realizaram ações para expandir a sua área de ocupação o que ocasionou alguns conflitos em que tiveram a intervenção da Polícia Federal¹⁵.

No início de ano de 2002, Dácio Queiroz da Silva, prefeito de Antonio João e proprietário da fazenda Fronteira, teve seu pedido de reintegração de posse por meio da Justiça Federal. O ofício determinou o prazo de 60 dias para desocupação dos indígenas que estavam ali há 3 anos. Nesse momento a preocupação das famílias do Marangatu consistiu na perda das roças e as culturas produzidas, além de acesso a água com os poços, casas e outros. Elementos esses que dão manutenção a vida de um indivíduo, sobretudo o que está posto na constituição como dever do Estado, com alimentação, saúde e habitação¹⁶.

A Funai atuou na tentativa de reverter na justiça a desocupação dos Kaiowás da fazenda, buscando um alargamento no prazo expedido pela justiça para o cumprimento da medida. Nesse meio tempo, os indígenas se preparavam pra resistir à reintegração de posse, com previsão da presença da sua rede de apoio totalizando por volta de 600 pessoas. Um dia antes do fim do prazo para o despejo dos indígenas, a juíza Janete Lima Miguel esticou o período da reintegração de posse para mais 30 dias. E em 14/01/2002, o desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região de São Paulo, Gilberto Jordan, a pedido da União concedeu a liminar a favor dos Guarani e Kaiowá, anulando a liminar que previa a reintegração de posse da fazenda¹⁷. No entanto, a partir do dia 17 de janeiro de 2002 foi dado prazo para reintegração de posse e saída dos indígenas sem a intervenção da Polícia Federal, de maneira pacífica. Essa decisão partiu do desembargador Gilberto Jordan que anulou a liminar anterior, com isso após o prazo de cinco dias reintegração seria realizada¹⁸. Contudo, pela terceira vez, a retirada dos indígenas é suspensa pela Polícia Federal, que remarcou a ação para 15 de fevereiro de 2002¹⁹.

Apesar da tentativa da FUNAI de estender o prazo para realocar os Kaiowás, o órgão tinha até o dia 05 de março para transferi-los para aldeia Campestre, sem a interferência da Polícia Federal que os retirariam a força²⁰. Houve uma tentativa de convencer os Kaiowás para deixar a área porém eles resistiram a retirada e ameaçaram realizar um suicídio coletivo em reação a reintegração de posse. Segundo o delegado da Polícia Federal de Ponta Porã, Adelar Anderle, a fragilidade psicológica dos indígenas agravam a situação, com isso a saída pacífica

¹⁵ Índios tentam invadir fazenda no sul de MS. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/3705>> Acesso em 06/11/2019.

¹⁶ PF pede reforço para despejar índios. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/3799>>

¹⁷ Justiça suspende despejo de índios em Antônio João. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/3891>>.

¹⁸ Índios ameaçam resistir a desocupação de área no MS. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/3922>>.

¹⁹ Polícia planeja despejar os índios até o próximo dia 15. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/3959>>.

²⁰ Funai tenta hoje retirar índios da fazenda Fronteira. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/4044>>.

dos indígenas é postergada por mais 30 dias²¹. Após a ameaça, a Delegacia Regional da Funai, entra com recurso ao despejo, e consegue adiar por mais 90 dias o prazo de reintegração, adiando a retirada pela quinta vez. Esse prazo foi dado pela justiça para que os índios consigam realizar a colheita de lavouras de subsistência plantadas. Após esse prazo, a justiça determina que a operação de reintegração de posse seja montada²².

Em junho de 2002, com o fim do prazo para desocupação, a justiça suspende mais uma vez a reintegração de posse devido à possibilidade de confronto com a retirada dos índios²³. No fim de outubro do mesmo ano, o Ministério da Justiça publica a portaria 1.456 no dia 30 que dará posse permanente dos 9.300 hectares da terra indígena Nãnde Ru Marangatu, com isso a Funai inicia o processo demarcatório²⁴.

Em protesto para ampliação de área ocupada da terra indígena Nãnde Ru Marangatu, os indígenas realizaram o bloqueio da rodovia BR-364, provocando oito quilômetros de engarrafamento entre os municípios de Bela Vista de Antonio João²⁵. Em março de 2004, além do protesto os indígenas mantiveram o Cleomar Vaz Machado como refém, chefe de Patrimônio e Meio Ambiente da Fundação Nacional do Índio.

A demarcação física da terra indígena Nãnde Ru Marangatu foi terminada em 12 de outubro de 2004. Porém os indígenas ainda não tiveram o que comemorar, pois foi constatada a degradação do aumento da devastação das terras pelos fazendeiros. As famílias ainda não detinham posse da terra e preocupados com a degradação ambiental encaminharam ao Ministério da Justiça, do Meio Ambiente, a Funai, Ministério Público Federal e ao Ibama um documento para formalizar denúncias e pedidos de providências quanto a essa questão.

Terra Indígena Nhande Ru Marangatu, 25 de outubro de 2004

Ministro da Justiça Dr. Marcio Thomás Bastos

Ministra do Meio Ambiente Marina Silva

Presidente do IBAMA Dr. Marcos Barros

Presidente da FUNAI, Mércio Gomes

Ministério Público Federal, 6ª Câmara, Débora Duprat

Nós indígenas da Aldeia Nhande Ru Marangatu, no município de Antônio João, MS, estamos nos dirigindo aos senhores para dizer que por um lado estamos contentes porque nossa terra foi demarcada neste mês. Por outro lado estamos muito preocupados e revoltados porque os fazendeiros estão destruindo o que resta de mata e envenenando nossas águas.

Por isso estamos denunciando estes graves fatos, esperando urgentes providências:

1. Várias fazendas, mesmo depois da demarcação continuam e até aumentam a derrubada de árvores nativas, do pouco de mata que ainda resta, e plantas importantes para cobrir nossas casas, como é a palmeira bacuri. Tem uns cinco tratores de esteira derrubando a mata. Além disso estão jogando veneno que impedem as sementes de brotarem, como as de ipê, dentre outras. Na fazenda Fronteira tem uma serraria funcionando, com madeira da nossa terra, entrando e

²¹ Ameaça de suicídio coletivo preocupa Polícia Federal. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/4206>>

²² Funai tem um mês para desocupar fazenda em Antonio João. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/4546>>.

²³ Suspenso despejo de índios de fazenda no MS. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/4841>>

²⁴ Governo garante 9,3 mil hectares de terras a índios. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/6166>>.

²⁵ Índios atacam a PF e bloqueiam estrada em MS. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/40876>>.

saindo vários caminhões com cargas cobertas, impedindo até a identificação do que está sendo transportado.

2. Também estão envenenando os nossos rios e fontes, matando os peixes e colocando em risco nossa saúde.

3. Estão lavrando e gradeando grandes extensões de nossa terra, jogando veneno, mesmo próximo às nossas casas.

4. Nossos professores e alunos estão sendo impedidos de transitar dentro da nossa terra, sofrendo ameaças por parte dos trabalhadores das fazendas citadas acima desrespeitando nossa Constituição e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, recentemente ratificada por nosso país.

Esses fatos são muito graves por que estão acontecendo dentro da nossa terra demarcada, sendo não apenas uma violência e destruição da natureza e do meio ambiente, mas também uma ameaça à nossa vida e sobrevivência, e um desrespeito aos nossos direitos tradicionais e constitucionais.

Já temos sofrido demais cercados dentro de 26 hectares, dos 300 que acabaram de ser demarcados, e nos pertencem.

Diante dessa realidade pedimos medidas urgentes por parte do governo, impedindo imediatamente a continuidade da destruição de nossas matas, envenenamento das terras e rios, homologação da terra, retirada dos não índios, garantindo nosso direito de ir e vir e utilizar nossa terra demarcada para viver em paz e com dignidade.

Caso essas medidas não sejam tomadas com urgência seremos obrigados a defender com nossas forças aquilo que Deus nos deu e a Constituição do Brasil nos garante.

Esperamos ser atendidos prontamente, pois isso faz parte do cumprimento das promessas do governo Lula de resgate com as dívidas históricas com os povos indígenas.

A área ocupada desde 98 com aproximadamente 400 famílias sofre com mais um pedido de despejo em janeiro de 2005. A Funai tenta expandir o prazo para que os indígenas consigam colher as culturas plantadas, porém a justiça federal determinou o despejo das famílias e a destruição das lavouras²⁶. O procurador da república, Charles Estevan da Mota Pessoa, entrou com recurso contra a justiça federal que determina o despejo dos índios. Apesar da determinação os indígenas permanecem na fazenda. A Polícia Federal não realizou a operação de despejo pois alegou não haver efetivo suficiente para a atividade²⁷.

Em março de 2005, os lideranças Guarani e Kaiowá se reuniram na Aty Guasu que foi realizada em Ñande Ru Marangatu. Em convite assinado pela Comissão de Direitos indígenas Guarani Kaiowá, os indígenas apresentam que um dos objetivos do evento consiste em debater as problemáticas que ocorrem no *tekoha* Marangatu e em outras áreas reivindicadas. Entre esses problemas a desnutrição das crianças preocupa as famílias, e que estão relacionadas com a questão territorial. A escolha do local para a Aty Guasu, segundo a comissão:

"Decidimos realizar ela no Cerro Marangatu (outra denominação da área), por ser ali que nossos parentes estão enfrentando uma luta muito grande para permanecer em sua terra, pois os fazendeiros, através da Justiça, estão querendo tirar nossos irmãos

²⁶ MPF recorre contra despejo de índios em Antonio João. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/14257>>

²⁷ Justiça manda índios sair mas eles permanecem na fazenda. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/14372>>.

de lá de qualquer jeito" (COMISSÃO DE DIREITOS INDÍGENAS GUARANI KAIOWÁ apud BOCHINI, 2005).

Ao fim da assembléia, os indígenas redigiram uma carta para ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva reivindicando a homologação da terra tradicional²⁸. Dias depois, a homologação da terra demarcada foi publicada em 29 de março de 2005 no Diário Oficial da União, destinando a posse permanente aos Guarani Kaiowá. Desde 2004 os indígenas estavam acampados a margem da rodovia apesar da portaria expedida pelo Ministério da Justiça dando a posse as famílias. A homologação era necessária para que os indígenas pudessem tomar posse da terra indígena, e suspende a liminar que determinava o despejo das famílias no fim do mês (BOCHINI, 2005).

No mês seguinte, o juiz federal Odilon de Oliveira suspendeu o registro em cartório por parte do governo federal as áreas que correspondem à terra indígena Nãnde Ru Marangatu, que possuem sete fazendas inclusas. Desse modo a União fica impedida de registrar a escritura da terra indígena. De acordo com o juiz, devido ao conflito entre indígenas e fazendeiros terem gerado uma ação judicial, ele considera que o registro da propriedade em cartório deverá ser realizado somente após a resolução da ação²⁹.

O ministro Nelson Jobim, suspendeu através de uma liminar o decreto presidencial a pedido dos fazendeiros. Dácio Queiroz Silva, proprietário da fazenda Fronteira, em conjunto com outros pecuaristas acreditam que o então presidente Lula não tinha competência para assinar o decreto, pois se trata de uma área fronteira e, nesse caso, o Congresso Nacional que deveria homologar ou não a terra. Segundo Paulo Machado, advogado do CIMI, o argumento é infundado devido ao Estatuto do Índio prevê que a homologação seja realizada pelo presidente. O pecuarista, Dácio alega ainda que os índios não tenham competência para proteger a área visto que se trata de uma área fronteira, "Além do mais, com ou sem terra, eles vão continuar pobres e moribundos", justifica. A propriedade de Dácio em que cria gado Nelore pertence à sua família há quase 60 anos, e segundo ele a situação fundiária é legal. "Nós pagamos à União"³⁰.

O CIMI protesta e vê com preocupação a suspensão do decreto, e em nota contestou os argumentos utilizados por eles.

O Cimi diverge ainda dos demais argumentos apresentados pelos fazendeiros ao Supremo Tribunal Federal:

1 - Compete ao Presidente da República, e não o Congresso Nacional, a decisão sobre a homologação de terras indígenas. Isto é determinado pelo art. 19 da Lei 6001/73, o Estatuto do Índio, que foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. A alegação de que o inciso V do art. 48 e o § 2o do art. 20, ambos da Constituição foram desrespeitados, não procede, na medida em que no art. 48 da CF, estabelece-se a competência do Congresso Nacional para dispor sobre bens de domínio da União, o que não se aplica à demarcação de terras indígenas que, juridicamente, é um ato que explicita os limites das terras da União, além disso, não há necessidade de lei ordinária alguma para dispor sobre a ocupação de terras indígenas localizadas na faixa de fronteira;

2 - Quanto a aplicação Súmula 650 do STF, cumpre esclarecer que seu enunciado não se aplica às terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas que existem e exercem a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais nelas existentes. Os aldeamentos de Nãnde Ru Marangatu jamais foram extintos. Os Guarani Kaiowá, apesar das violências que sofreram para saírem de suas terras, continuam vivendo ali e lutando por suas terras.

²⁸ Líderes guarani-kaiowá enviarão carta a Lula para pedir homologação de terra indígena. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/14876>>.

²⁹ Juiz suspende registro de área indígena. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/15150>>

³⁰ Deu 'branco' no Supremo. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/33413>>.

3 - O decreto de homologação de Ñande Ru Marangatu respeita o devido processo legal, já que os fazendeiros tinham ciência do processo administrativo de demarcação da terra indígena, tanto que apresentaram contestações à proposta de delimitação formulada pela Funai, como prevê o decreto 1775/96. No entanto, a decisão do Ministro da Justiça, ao declarar os limites da terra indígena, baseado no relatório de identificação e delimitação da área, foi contrária às contestações.

A suspensão dos efeitos do decreto do Presidente da República, de 28 de março deste ano, que homologou a demarcação de nove mil e trezentos hectares, infelizmente pode contribuir para o mortos", afirmaram na recente Aty Guasu (grande reunião). Uma ação policial de despejo, ali ou na terra Ivy Katu, poderá levar a um novo derramamento de sangue (CIMI,2005).acirramento dos conflitos pela posse da terra do povo Guarani-Kaiowá, já afetados pelo confinamento, pela fome e pela violência³¹.

Após a suspensão, o Tribunal Regional Federal 3ª Região de São Paulo decidiu pela reintegração de posse da terra favorável aos fazendeiros. A Polícia Federal anunciou a operação de despejo para o dia 10/12/2005. A notícia foi recebida com surpresa pelos Guarani Kaiowá que já tinham como definitiva a posse de sua terra. As lideranças declararam "Isso vem em cima da gente como um tiro. Mas nós não vamos arredar o pé. Estamos na terra que é nossa, que está reconhecida e daqui ninguém nos tira enquanto estivermos vivos"³². Por meio de carta, os indígenas expressaram sobre a notícia:

Carta transcrita dos Guarani Kaiowá da Terra Indígena Ñanderu Marangatu
Nós da comunidade Indígena de Ñanderu Marangatu estamos numa véspera de uma grande massacre que serão nesse dia 10 ou 11 de mesmo mês. Por esse motivo estamos relatando e encaminhando no conhecimento de todos vocês a conclusão que tomamos a partir da liminar que saiu favorável aos fazendeiros invasor da nossa terra.

Estamos pronto para morrer; o que gostaríamos de pôr em vão, que alguém, ou melhor dizer, esse juiz que assinou a reintegração de posse tomem a providência dos nossos filhos que vai ficar sem nós...Estão enganado esse autoridade que pensou em nós que iremos nos entregar a eles como uma ovelha...Resistiremos até o último fôlego da nossa vida. Só não queremos que o autor, o responsável dessa matança fazem mais outra como essa. Se a nossa vida não custando nada; vamos morrer por uma justa causa, derramaremos os nossos sangue que com certeza servirão como um protesto solene aos nossos filhos em outra geração.

Ultima coisa que anunciamos é que a Lei federal está sendo pisado pelo juizes brasileiro!

Assim encerramos a nossa carta anúncio Guarani Kaiowá da mesma área³³.

Apesar da demarcação da área, no dia 15 de dezembro de 2005, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, expediu uma liminar favorável aos fazendeiros, determinando a reintegração de posse. Diante desse fator, os indígenas levantaram acampamento à margem da BR-364, local que foi atacado por seguranças da fazenda. A liderança Dorvalino Rocha foi assassinado pelo segurança da empresa Gaspem João Carlos Gimenez, que se entregou a Polícia Federal. Após esse momento, os representantes dos

³¹ O Cimi recebeu com preocupação a notícia da concessão de decisão liminar pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Disponível em:<<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/16255>>.

³² Povo Guarani Kaiowá pode ser expulso de terra homologada. Disponível:<<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/17378>>.

³³ Carta transcrita dos Guarani Kaiowá da Terra Indígena Ñande Ru Marangatu. Disponível em:<<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/17392>>.

Guarani e Kaiowá e entidades indigenistas cobram providências do ocorrido, bem como resoluções sobre a situação das famílias³⁴.

Segundo Ergon Heck:

"Há uma forte influência desses fazendeiros, desse setor econômico, sobre o Poder Judiciário. Os membros desse Poder às vezes vêm desse setor. Outras vezes são ligados a ele, e istogera decisões judiciais que normalmente são desfavoráveis aos índios e favoráveis a esta estrutura implantada. A pressão que existe para manter esta realidade de concentração de terras e do poder econômico baseado nela cria uma tensão permanente contra os indígenas" (VALENTE, 2005).

Com isso, muitos são os entraves para que os indígenas possam ocupar de fato sua terra tradicional, fazendo com que, de modo geral, o meio judicial seja uma forma mais propensa dos fazendeiros terem suas terras desocupadas, com o apoio da Polícia Federal em operações de reintegração de posse. Em entrevista o analista pericial do Ministério Público Federal Marcos Homero, destacou que o julgamento favorável aos fazendeiros passa também por uma construção social sobre uma possível passabilidade com a relação da propriedade privada que tem relação direta a lógica da sociedade ocidental, em que a materialidade é valorizada através da monetarização do objeto.

Durante a operação de remoção dos Kaiowá, houve a queima dos barracos e com isso parte dos pertences das famílias foram perdidos, o que inclui a documentação de identidade e trabalhista. Os fazendeiros iniciaram o despejo antes da chegada da Polícia Federal, atuando de maneira covarde e cruel com a queima dos pertences das famílias. Diante disso, após 18 dias a Funai emitiu os documentos de cerca de 400 indígenas do acampamento, pois são documentos essenciais para ter acesso a direitos sociais, como auxílio maternidade e aposentadoria³⁵.

A Funai buscou abrigo para os indígenas não continuarem a margem da rodovia, porém a área destinada pelo Incra não atende as demandas das famílias. O local que foi considerado um 'brejo' tinha a presença de muitos sapos e não havia possibilidade de cultivo, a agricultura é uma forma de manter a seguridade alimentar das famílias, além de ser parte da expressão cultural indígena, por isso é de extrema importância que áreas destinadas para ocupação destas famílias contenham área para cultivo³⁶.

Dias após o despejo, um carro com três pessoas se aproximou do acampamento e disparou, atingindo a liderança Dorvalino Rocha em 24 de dezembro de 2005. De acordo com Ergon Heck, desde a desocupação seguranças de fazendeiros realizam a intimidação, com porte de arma de fogo, nas proximidades do acampamento³⁷.

Um acordo foi realizado em 2006 em audiência de conciliação entre os guarani e os fazendeiros, em que ficou acordado que os indígenas poderiam ocupar 101 hectares³⁸. Esse acordo foi realizado para que houvesse a rodovia fosse asfaltada. No entanto, os fazendeiros colocaram vigiando o restante das terras³⁹.

³⁴ Guarani-Kaiowá protestam depois da morte de liderança. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Guarani-Kaiowá-protestam-depois-de-morte-de-lideranca-/5/8725>>.

³⁵ Funai emite documentos para indígenas em Antonio João. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/17621>>.

³⁶ Incra colocou indígenas em um "brejo", diz líder Guarani-Kaiowá. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/17445>>.

³⁷ Índio é morto a tiros após deixar fazenda ocupada. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/35414>>.

³⁸ Acordo põe fim a sete anos de conflito. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/43643>>.

³⁹ Seguranças de fazendeiros agridem comunidade Guarani no Mato Grosso do Sul, Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/50471>>.

3.1.1 As violências sistemáticas contra a ocupação tradicional

Após a suspensão do decreto presidencial as famílias do Marangatu passaram por diversas situações de violação de direitos. Essas situações se intensificaram após a homologação e suspensão da terra indígena. Em meio à luta pelo direito de ocupar seu território tradicional houve a manifestação de diversas ações de violência, que partem como uma resposta dos produtores rurais na tentativa de frear a comunidade guarani. Através dos relatórios de violência contra povos indígenas realizado pelo CIMI, no período entre 2003 a 2018, e o levantamento de dados em jornais virtuais locais e nacionais, podemos observar sobre os tipos de violência que vitimam os Guarani kaiowá, em especial as famílias da terra indígena Nñande Ru Marangatu.

Uma estratégia realizada pelos fazendeiros na tentativa de desmobilizar os indígenas e amedrontá-los é o assassinato das lideranças Guarani e Kaiowá. Nñande Ru Marangatu foi palco da morte de importantes lideranças que foram cruelmente assassinadas. Neste *tekoha* três líderes foram vítimas da ação truculenta dos fazendeiros, Marçal de Souza em 1983, Dorvalino Rocha em 2005 e Simeão Vilhalva em 2015.

Marçal de Souza foi morto em dezembro de 1983 em uma emboscada com cinco tiros a queima roupa na aldeia Campestre, no município de Antonio João. Marçal de Souza, também conhecido como Marçal Tupã'i dedicou grande parte da sua vida na luta de direitos as terras tradicionais dos Guarani e Kaiowá, assim como para melhores condições de vida para seu povo. No mesmo ano de sua morte Marçal declarou *"Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre!"*⁴⁰, o que ocorreu meses depois.

A liderança realizou denúncias de exploração das terras e devido a isso sofreu ataques e ameaças de morte. Em 1980, Marçal de Souza integrou uma comitiva em que discursou para o Papa João Paulo II, discurso que repercutiu internacionalmente apresentando as violações sofridas pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Dizia Marçal, há mais de 25 anos: "Nós índios, que vivemos aqui é que sentimos a injustiça, a pobreza, a perseguição, a fome, porque a área que ocupamos não oferece mais condições para nossa sobrevivência..."

(informações retirados de: Prezia, Benedito – Marçal Guarani: a voz que não pode ser esquecida. São Paulo: Expressão Popular, 2006)

Em 2005, Dorvalino Rocha foi covardemente morto a tiros por seguranças da Fazenda Fronteira. Dorvalino, estava acampado a margem da rodovia após a reintegração de posse da fazenda e foi morto com dois tiros sob ataque de funcionários da empresa GASPEM. O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul requereu o fechamento da empresa de segurança privada devido ao envolvimento com diversos casos de violência e assassinatos que estavam sob denúncia, o que inclui a morte de algumas lideranças indígenas no estado⁴¹. A GASPEM Segurança Ltda foi alvo de denúncias e investigações sobre o envolvimento de mortes, ataques e ameaças sofridas pela população Guarani e Kaiowá. Apesar disso, meses após a prisão dos suspeitos, eles foram liberados.

Simeão Vilhalva foi encontrado morto num córrego na fazenda Fronteira com o rosto atingido com uma bala de arma de fogo no dia 29 de agosto de 2015. O assassinato de Simeão

⁴⁰ Cinco tiros tombam o grande cacique. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/cinco-tiros-tombam-o-grande-cacique>>. Acesso em 04/10/2019.

⁴¹ MPF/MS Requer fechamento de empresa de segurança envolvida em morte de lideranças indígenas. Disponível em: <<https://pr-ms.jusbrasil.com.br/noticias/100666907/mpf-ms-requer-fechamento-de-empresa-de-seguranca-envolvida-em-morte-de-liderancas-indigenas>>. Acesso em 03/10/2019.

ocorreu uma semana após a entrada no *tekoha* Ñande Ru Marangatu, ocupando as fazendas Primavera, Cedro, Fronteira e Brasil, que ficam sob a terra indígena⁴².

As mortes das lideranças somam força à luta no lugar de desestimular os Kaiowá. Em memória daqueles que dedicaram a vida pelo direito a terra tradicional, as famílias dão continuidade as ações de retomada e se movimentam politicamente através das Aty Guasu para responsabilizar e criminalizar os autores dos atentados e mortes.

Além das mortes das lideranças, as ações truculentas dos fazendeiros afetam as famílias Kaiowá através de atentados diretos de violência física, mas também violências que decorrem da falta da sua terra ancestral pra realizar suas práticas, como a agricultura. Devido ao processo moroso de demarcação de terras e as ações de despejo, os Guarani são vítimas de falta de alimentos e em alguns casos levou a óbitos adultos e crianças, em especial no período que ficaram acampados beirando a rodovia BR-386. Desde o levantamento do acampamento cerca de quatro crianças morreram com provável desnutrição e diarreia. Em abril de 2006, o número de indígenas que foram identificados sintomas de desnutrição subiu para 27 crianças, totalizando 6 mortes⁴³. O professor Isaías Sanches Martins, uma das lideranças indígenas lamenta a situação em que as famílias foram colocadas com a desapropriação

“Para gente é uma coisa muito triste porque já perdemos cinco pessoas, quatro crianças e um adulto. A gente está morrendo aos poucos. O que se chamava de Justiça está trazendo isso pra gente”⁴⁴

Na condição de “índios de corredor”, quando o acampamento é levantado a margem de rodovia, os Guarani ficam vulneráveis a ataques dos fazendeiros, seguranças privados, ou pistoleiros. Em outros casos, além dos ataques diretos, o número de atropelamentos sobe nessa condição, pois devido às atividades cotidianas dos indígenas a rodovia é a via em que eles vão caminhar até chegar ao seu destino. Desse modo, é uma oportunidade para os produtores e seus aliados cometerem atos de covardia e crueldade como ocorreu com Hilário Fernandes. Hilário, rezador da comunidade foi atropelado enquanto caminhava a beira da rodovia com seu irmão quando um carro avançou sobre os dois. Segundo Adelino Fernandes, o atropelamento foi proposital, pois o veículo estava em alta velocidade e mesmo após o incidente não reduziu ou parou, e não houve prestação de socorro⁴⁵.

A violência contra mulheres indígenas, sobretudo a sexual, também é uma questão que ocorre no acampamento. Em 2007, duas senhoras foram violentadas enquanto buscavam lenha para cozinhar, segundo Léa Aquino, o marido de uma delas tentou intervir, porém foi espancado pelos seguranças⁴⁶.

⁴² Há três anos, o indígena Simeão Vilhalva foi morto em conflitos de terra. Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/arquivom-ha-tres-anos-o-indigena-simeao-vilhalva-foi-morto-em-conflito-de-terra>>. Acesso em 04/10/2019.

⁴³ Cresce tensão entre índios e fazendeiros em Antonio João. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/40930>>.

⁴⁴ Duas crianças indígenas morrem no MS. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/40547>>.

⁴⁵ Nova morte de índio reacende tensão em Antonio João. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/48192>>.

⁴⁶ Seguranças de fazendeiros agredem comunidade Guarani no Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/50471>>.

3.2 O *Tekoha* Guasu e os trânsitos na fronteira Brasil x Paraguai

As famílias do *tekoha* Ñande Ru Marangatu mantêm sua transitoriedade e mobilidade entre a fronteira Brasil x Paraguai, essa característica é compartilhada por famílias de outros *tekoha*, pois são ações que fazem parte das práticas culturais dos Guaraní e Kaiowá. No caso de Ñande Ru Marangatu, essa mobilidade é muito presente pela proximidade e por ter um território em continuidade no Paraguai. Dessa forma, quando tentamos compreender as dinâmicas do *tekoha* Ñande Ru Marangatu, é imprescindível abordar o *tekoha* Pysyry. No contexto de expropriação territorial, como já citado acima, Pysyry foi abrigo as famílias expulsas de suas terras tradicionais, estabelecendo uma rede de apoio para atender a situação das famílias de marangatu. Na década de 70, com a demarcação de Pysyry o PTT, identificou Ñande Ru Marangatu como terra indígena e suas relações com Pysyry. No relatório de identificação da terra indígena Thomaz de Almeida apresenta que além do PTT, o grupo de trabalho para identificação de Pirakuá, já compreendeu marangatu como uma terra indígena, porém seu processo demarcatório só inicia em 1999.

“Pysyry (Esperanza).- El *tekoha* se ubica entre los arroyos Estrella, Esperanza y con el Takuara y el Pysyry llegando al sur hasta los cerros. Al mismo *tekoha* pertenecen también las tierras al norte del Estrella, en el Brasil (Município de Antônio João, MT) con los núcleos Paĩ en Campestre (Guapo’Yrapo), Cerro Marangatu, Cabeceira Comprida, Damakue, Jardim e Cabeceira do Apa. Está en trámite la donación de una superficie mensurada de 2.418 ha como Colonia Indígena Pysyry que incluye la población Paĩ que vive al sur del arroyo Estrella (frontera) bajo el liderazgo de Casildo Benítez y Rufino Valiente. El IBR aprobó el 24.03.1976 la donación de 1.300 ha. de esta fracción de la propiedad del Sr. Antônio Lunardelli, brasileño”. Población: 46 familias, 230 personas.(PPT/PG, 20) (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000:24)

Para o desenvolver deste texto é importante observar que não podemos falar de Ñande Ru Marangatu sem falar de Pysyry, e que se tratando de marangatu há uma relação intrínseca entre os dois *tekoha*, seja pelo histórico da remoção sistemática quanto pelo vínculo territorial e de parentesco entre as famílias que é apresentado como algo natural. Pysyry pertence às terras paraguaias, à margem direita do rio Estrella. O *tekoha* Paĩ-Tavyetrã, que são considerados como unidade com os Kaiowá (THOMAZ DE ALMEIDA, 200; CHAMORRO, 2015), além de compartilharem limites possuem relações estreitas com as famílias de marangatu. Pysyry, segundo Thomaz de Almeida (2000), sempre teve um número reduzido de famílias, porém a ocupação da região após traslado forçado pelos fazendeiros houve um aumento por alguns anos em sua população. Porém essa permanência, chamada por Thomaz de Almeida (2000) como intermitente

Pysyry, apesar de ser território de continuidade Kaiowá, não configura como sendo o mesmo *tekoha*. Este *tekoha* está inserido no que entendemos ser o território de mobilidade, de rotas de caminhada e vínculos familiares e políticos. Thomaz de Almeida (2000) apresenta essa mobilidade como “circulação” que é um movimento compulsório e intermitente das famílias kaiowá realizarem suas trocas do cotidiano.

O acesso a Pysyry é localizado entre duas fazendas, a Fronteira e a Primavera, o livre acesso entre os dois *tekoha*s é importante para construção e diálogo desses povos. Em relatório, o antropólogo Thomaz de Almeida (2000: 36), salienta a importância do acesso livre para esta caminhada devido as roças que fortalecem a alimentação das famílias de marangatu, e além de possibilitar uma vida social fluida as famílias.

Como apresentado por Mondardo (2012), os Guarani Kaiowá tem suas rotas de mobilidade que estão inseridas em território-zona e em território-rede, pois são áreas que tem relações de parentesco, relações políticas e tantas outras. Ainda segundo o autor, os indígenas constroem e reconstróem suas territorialidades durante esse trânsito, o que constitui uma multiterritorialidade. No entanto, essa multiterritorialidade é entendida como uma perspectiva do grande território guarani, o *Tekoha* Guasu, e os sentidos dados aos territórios de mobilidade não necessariamente como um território de pertencimento do indivíduo. Nesse sentido, podemos exemplificar com a situação ocorrida entre a década de 40 e 70:

No passado, de fins da década de 1940 até a de 1970, muitas famílias Kaiowá de *Ñande Ru Marangatu* foram obrigadas a abandonar seu território no Brasil e a se estabelecerem no Paraguai, em *Pysyry*, onde o governo havia reservado terras a seus parentes e amigos residentes na outra margem do rio Estrela. Depois, com o processo de redemocratização do país e a redefinição do papel do Estado Brasileiro, a partir da década de 1980, muitos Kaiowá regressaram do *Pysyry* para *Ñande Ru Marangatu* e passaram a reivindicar seus direitos sobre aquela terra indígena (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009:199)

Entretanto, ainda que na década de 70 *Pysyry* tenha sido demarcada e abrigou as famílias de *marangatu*, fazendo parte do *Tekoha* Guasu e com suas redes de relações políticas e sociais, *Pysyry* não é o lugar, *tendape*, dessas famílias. Nesse contexto, a noção de pertencimento dos Guarani Kaiowá com seu *tekoha* e o que eles vão reivindicar como seu território tradicional parte da relação de vivência, do reproduzir seu modo de ser e cosmologia no local em que seus ancestrais, lideranças e tantas outras figuras importantes estão enterrados. Em relação ao *Tekoha* Guasu e a mobilidade dos indígenas, Thomas de Almeida e Mura, entendem que:

Este *tekoha guasu*, a su vez, coincide con las unidades territoriales de los Guarani históricos a las cuales Susnik (1979-1980) denomina de *guára*, en donde varios *te'yi-oga* (v. nota no.1) mantenían relaciones de parentesco y establecían alianzas guerreras, constituyendo territorios continuos. No existían, de ese modo, barreras étnicas y jurídicas de acceso a los recursos disponibles por la naturaleza en la constitución del *guára*; no era necesario tornarlos espacios exclusivos. No había, de ese modo, barreras étnicas o jurídicas en la constitución del *guára* y al acceso de los recursos disponibles en la naturaleza lo que no exigía espacios exclusivos. En esos términos, sería limitador entender el *tekoha* ñandeva o Kaiowá de hoy, como mera proyección de una unidad político-religiosa en determinado espacio geográfico como propuesto por Melià y Grünberg. Tal interpretación excluiría factores históricos que promueven ajustes necesarios e inexorables como consecuencia del confronto entre distintos criterios de entendimiento, uso, ocupación y división de la tierra, como se refleja en la relación entre indígenas y blancos; para estos, las reglas de acceso a la tierra son establecidas jurídicamente y en contexto do dominación colonial que ha contribuido en la configuración de situaciones históricas (Oliveira 1988) específicas (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004: 14).

Devido boa parte do Mato Grosso do Sul estar em faixa da fronteira, e a proximidade de algumas terras indígenas da fronteira internacional, não faltam argumentações que associam os povos Guarani Kaiowá a outra nacionalidade. A mobilidade dos indígenas é apontada como um tipo de imigração e “invasão” a fim da conquista de direitos, como já apontamos anteriormente. Porém, apesar dessa caminhada ser uma dinâmica natural desta etnia, em alguns momentos ela foi provocada devido à ação violenta para expulsão dos indígenas de suas terras. Para além disso, o que temos atualmente como fronteira internacional, é uma imposição colonial de organização territorial que atravessa outras noções

espaciais, em que não há um diálogo mas sim expressa uma dinâmica de dominação sobre o outro. De acordo com Oliveira e Pereira:

O estabelecimento das fronteiras nacionais impôs certa limitação ao trânsito dos Kaiowá entre suas aldeias, mas eles sempre seguiram mantendo relações de visitação e intercâmbio religioso entre as comunidades situadas nos dois lados da fronteira. Em muitos casos ocorreram mudanças de famílias nucleares de acordo com as vantagens ou desvantagens de se fixar residência em determinado local, porém desde que se disponha de parentes vivendo no local, com os quais se possam estabelecer relações de aliança (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009: 200).

A fronteira internacional gera uma quebra na dinâmica natural e fluida dos kaiowás e em como eles mantêm suas relações de parentesco.

Essa configuração extremamente colonial não compreende outras espacialidades e relações de sociedade fora a que ela impõe. Desse modo, no contexto das disputas territoriais, as práticas dos indígenas são questionadas de diversas maneiras, seja em como produzem seu alimento, nas suas vestimentas, na sua relação com o divino e, em especial, sua organização espacial. Os Guarani se organizam de maneira espaçada entre uma casa para outra, com área para roças, casa de reza, pátio, e mais recentemente postos de saúde e escola. Como vimos no capítulo 2, os fazendeiros questionam o tamanho das áreas para demarcação de terra indígena, pois dentro da sua ótica os indígenas não precisam “tanta” terra, e por muitas vezes reproduzem a frase “muita terra para pouco índio” como apresentou em entrevista o Analista Pericial do Ministério Público Federal, Marco Homero.

Devido o estado ser a faixa de fronteira, sobretudo a região que os guarani reivindicam suas terras, o questionamento da nacionalidade dos indígenas é levantado, que resultam em denúncias que até o momento não tiveram fundamento. Apesar disso, os fazendeiros insistem que “índios paraguaios” invadem o estado a fim de benefícios assistenciais, territoriais, e de saúde. Porém, no período que a região participou do Sistema Integrado de Fronteiras, administrado pelo Exército Brasileiro, não foram encontrados indícios de que comprovem esta denúncia, como foi apresentado anteriormente.

As lideranças indígenas de *Marangatu* entendem que esta é apenas mais uma dentre as muitas estratégias políticas e jurídicas dos Autores na disputa pela terra. Na sua percepção, a intenção dos proprietários é impor aos Kaiowá uma nacionalidade paraguaia, com a qual não possuem identificação, assim o fazendo para convencer o Juízo de que eles seriam estrangeiros (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009: 204).

Segundo Oliveira e Pereira (2009), o traslado para visitação não constitui crime e inclusive é assegurada como direito internacional, em convenções que atuam em defesa de direito internacional determinam que povos indígenas situados em região fronteiriça possam manter relações sócio-culturais com comunidades do mesmo grupo étnico situadas em ambos os lados da fronteira. Isso descreve a relação de mobilidades dos indígenas visto que o aumento da população guarani não aumenta de acordo com as “grandes migrações” de indígenas, como apontam os fazendeiros (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009:198).

Nesse sentido, os fazendeiros não podem criminalizar os indígenas por transitarem em seu grande território. Contudo buscam tentativas de deslegitimar seus direitos através de discursos que argumentam a presença de “índios paraguaios” que recebem apoio da Funai para “fabricar índios” com a expedição de documentos e auxílio para realização de registros de nascimento.

Nesse sentido, Oliveira e Pereira apresentam:

Como os índios foram obrigados a deixar suas terras em *Ñande Ru Marangatu*, quando voltaram para a região, e passaram a reivindicar direitos sobre elas, foram retratados por setores da sociedade regional como “índios paraguaios”. A atribuição de uma nacionalidade paraguaia a todos os Kaiowá de *Ñande Ru Marangatu* tem sido uma estratégia usada deliberadamente para não reconhecê-los como indígenas brasileiros e, portanto, desconsiderar suas reivindicações. Também tem sido utilizada para desqualificar toda a fala dos índios sobre o processo de esbulho que sofreram por parte de alguns dos primeiros não-índios que ali chegaram, em fins da década de 1940 e meados da década seguinte (OLIVEIRA E PEREIRA, 2009: 199)

Esse discurso está presente na fala de fazendeiros, nos jornais locais e das regiões que possuem conflito com indígenas, como apresentamos no capítulo 2. Essa reprodução também é responsável em como a população do entorno vai tratar essa questão e influenciar numa imaginética negativa dos indígenas. No geral, na região do cone sul do estado, as mídias têm um papel importante para reforçar os estereótipos e assim acirrar os conflitos, contribuindo para outros tipos de violência, como o racismo. Thomaz de Almeida (2000: 30) apresenta no relatório de identificação da terra indígena que as manchetes utilizam linguagem de fácil entendimento, porém anunciam em maioria notícias que exaltam falsas ameaças, inflando ainda mais a tensão entre fazendeiros e indígenas com a criação de boatos.

Esse movimento de transitar pela fronteira não é exclusivo dos povos indígenas, no estado há fazendeiros que possuem propriedades do outro lado da fronteira e apesar de utilizar métodos tecnológicos para a administração ainda há a necessidade do ir e vir. De acordo com Mondardo (2012), alguns fazendeiros registram a dupla cidadania no Paraguai para poder passar algumas temporadas administrando as fazendas, transitando entre o Brasil e o Paraguai. A expansão agropecuária no Paraguai é um movimento posterior a abertura de áreas para produção agrícola e pecuária no Brasil, diante disso, a mobilidade forçada consiste num movimento em que os indígenas foram de forma mais intensificada para o Paraguai, do que o contrário. Ainda assim, o movimento do retorno é apresentado como uma invasão de indígenas paraguaios.

Porém, o movimento realizado pelos fazendeiros é associado a sua relação mercadológica, em que vê a terra como um recurso rentável. Em contrapartida, a visão dos Kaiowá Partindo dessa lógica, podemos afirmar que na visão dos Kaiowá não existem as fronteiras nacionais, ou seja, um território tradicional não pode ser dividido, principalmente porque é um povo que tem em sua tradição cultural a prática do *Oguata*, e com a imposição dessas fronteiras acabaram perdendo seu direito de ir e vir até mesmo dentro do seu próprio *tekoha guasu*, como ocorreu no Território tradicional *Ñande Ru Marangatu*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos apresentar os caminhos para formação do conflito e compreender a relação do *tekoha* Nñande Ru Marangatu com a fronteira internacional. As relações conflituosas apresentadas no texto apontam para uma construção na ótica da sociedade moderna capitalista colonial, essa perspectiva gera confronto, pois não valida qualquer manifestação que não siga sua lógica. Segundo José de Souza Martins (1997) a fronteira pode ser vista como encontro, esse encontro pode gerar estranheza, estranheza essa que no momento inicial podem gerar conflitos e podem tornar-se híbridas uma vez que haja diálogo entre práticas culturais, de religiosidade. No caso de Mato Grosso do Sul, muito além desses encontros, a fronteira foi apresentada com um marco da diferença e algo a ser defendido. E assim foi construída no imaginário da população que participou da ocupação territorial no estado.

A demarcação da fronteira criou novos tensionamentos políticos, espaciais e sociais, pois novas questões surgiram para os Guarani e Kaiowá, que não faziam parte de sua dinâmica e foram impostas pela sociedade moderna. O território por sua vez, que antes era algo natural na dinâmica dos indígenas e as práticas como roça, colheita de materiais para construção das casas, plantas para os rituais religiosos, a pesca e a caça, tornaram-se escassos. A burocratização e o controle sobre a mobilidade chegaram com a modernidade, criando entraves nos modos de viver e ser guarani.

As construções de racionalidades dos sujeitos são contrárias, na fala dos fazendeiros observamos a predominância da valorização do trabalho, e o que foi investido financeiramente nas terras reivindicadas, como apresentado no capítulo 2. As relações de conflito entre fazendeiros e indígenas são sustentadas com novas formas de expansão e o reforço do discurso do desenvolvimento do setor sucroenergético e agropecuário no estado.

No caso Nñande Ru Marangatu, os conflitos ocorridos tem relação direta ao setor pecuário, que pretendem remover os indígenas para manter seus pastos, contribuindo com a degradação do ambiente, que já tem consequências. Segundo Porto-Gonçalves (2019)⁴⁷ antes de tudo, a luta pela terra é a luta pela vida, pois a terra não é só meramente a terra, mas sim um conjunto de condicionalidades, é a água, ar, é a natureza. São os elementos para que o indivíduo consiga viver, reproduzir seu modo de ser. A mortalidade dos indígenas vinculada ao período de acampamento sem suas roças é um exemplo da necessidade da garantia dos direitos territoriais dos guarani para com seu *tekoha*.

As territorialidades construídas ao longo desse processo seguem definidas por diferentes racionalidades, e temporalidades que constituídas por ontologias que não dialogam entre si. Nesse contexto, os caminhos delineados até a formação dos conflitos são pleiteados pelo Estado, através de políticas que inserem e vitimam os indivíduos. A solução para frear o genocídio, tanto no sentido físico quanto jurídico ainda não está definida uma vez que as respostas dadas pelos órgãos institucionais responsáveis não compreendem que os Guarani Kaiowá partem de outra cosmologia. É o encontro com o outro, uma racionalidade que não mercantiliza e explora a terra e outros elementos da natureza que a sociedade moderna entende como recurso.

Nñande Ru Marangatu segue em luta por seu território tradicional, seu solo sagrado, pra ser e existir enquanto guarani. Encaminhando para o fim do texto, consideramos a necessidade de dar ouvidos aos Guarani e Kaiowá como apresentou a professora Juliana Mota durante o I Simpósio de Geografias e Povos Indígenas em 2016, ocorrido na UEMS, Dourados- MS. O

⁴⁷ Fala de Porto Gonçalves em mesa “Agrohidronegócio e os grandes projetos de des-envolvimentos: controle e saque da natureza” realizada no dia 12 /11/2019 no IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária.

indígenas estão há anos lutando por seus direitos, direitos que no entendimento da sociedade moderna atravessa o desenvolvimento da lógica capitalista. No entanto, impomos nosso modelo de sociedade a todo o momento para esses povos, que foram e são atravessados pelos os modelos desenvolvimentistas criados, que desrespeitam outros modos de ser e pensar.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZO, Roberta C.; CUNHA, Livia D. O setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos, vulnerabilidades e conflitos territoriais. In: BERNARDES, Julia A.; CASTILHO, Ricardo (Orgs.). **Espaço geográfico e competitividade: Regionalização do setor sucroenergético no Brasil**. 1 ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- BARBOSA, Pablo A. A “Terra sem Mal” de Curt Nimuendajú e a “Emigração dos Cayuáz” de João Henrique Elliot. Notas sobre as “migrações” guarani no século XIX. Tellus, ano 13, n. 24, p. 121-158, jan/jun. Campo Grande, MS, 2013.
- BARBOSA, Pablo A; MURA, Fabio. **Construindo e reconstruindo territórios Guarani: dinâmica territorial na fronteira entre Brasil e Paraguai (séc. XIX-XX)**. Journal de La société des américanistes. Tome 97, n 2, 2011. Acesso em:<<https://journals.openedition.org/jsa/11963?lang=en>>
- BENITES, Tonico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas**. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2012.
- BERNARDES, J. A.; ARRUZZO, R. C. **Expansão do setor sucroenergético e a história dos lugares: a questão territorial dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) p.5-33, v.12, n.17, jan-jul. 2016.
- BOCHINI, Bruno. **Lula homologa demarcação da terra indígena Nhanduru Marangatu no Mato Grosso do Sul**. Agência Brasil, 2005. Disponível em:<<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-03-29/lula-homologa-demarcacao-da-terra-indigena-nhanduru-marangatu-no-mato-grosso-do-sul>>
- BRAND, Antônio. **“O bom mesmo é ficar sem capitão”: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani**, MS. Tellus Campo Grande, MS, ano 1, n. 1, p.67-88, out, 2001.
- _____. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**. Tellus, Campo Grande, MS, ano 4, n. 6, abr. 2004.
- BRAND, Antônio J.; COLMAN, Rosa S.; MACHADO, Neimar. **Os Guarani nas fronteiras do MERCOSUL**. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2005.
- CHAMORRO, Graciela. **História Kaiowá. Das origens aos desafios contemporâneos**. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.
- CAVALCANTE, Thiago L. V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiwá no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em História) Assis, SP: UNESP, 2013. ISSN 1981 4801
- FERRARI, Maristela. **As noções de fronteira em geografia**. Revista perspectiva Geográfica: UNIOESTE, v.9, n. 10, 2014.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz; BRAND, Antonio. **Os Guarani e a erva Matte**. Revista

- Fronteiras, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2009.
- GOETTERT, Jones Dari. **A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade. (considerações iniciais)**. Geografia em Questão v.4, n.2, p. 56-71, 2011. ISSN 2178-0234
- HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista Geographia, v.9, n. 17, 2007.
- MACHADO, Lia O. **Sistemas, fronteira e território**. Departamento de Geografia, UFRJ, 2002. Disponível em:<<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2002-Sistemas-fronteiras-e-territorio-LOM.pdf>>.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- MELIÀ, Bartolomeu (Org.). **Mapa continental “Guarani retã”**. Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades (ICSOH). Disponível em:<<http://www.icsoh.unsa.edu.ar/mapa-continental-guarani-reta/>>.
- MENEZES, Ana Paula. **Colônia Agrícola Nacional de Dourados: considerações acerca do desenvolvimento da agricultura e exploração da madeira em uma área de frente pioneira (1940-1870)**. In: X Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Simpósio Internacional de História e XIII Semana de História: As muitas (in)dependências das Américas- dois séculos de História, 2010, Três Lagoas MS. “As muitas (in)dependências das Américas- dois séculos de História”, 2010.
- MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Tradução Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 32 n.94, jun. 2017. Acesso em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>>
- MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha– Dourados/MS**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.
- _____. **O discurso competente (hegemônico) e os desafios para a demarcação de territórios étnicos Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul/Brasil**. Argumentos, vol. 30, núm. 83, enero-abril, 2017, pp. 89-118. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco. Distrito Federal, México
- MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios de trânsito: Dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2018. ISBN 9788569437406
- NEVES, Alex J; BAPTISTA, Gustavo C; ENGEL, Cíntia L; MACHADO, Lia O. (Organização). **Segurança pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico: estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

- OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antonio João, Mato Grosso do Sul**. Editora UFGD, Dourados, 2009.
- PEREIRA, Eliane M. C. Manso. **O Estado Novo e a marcha para oeste**. História Revista - Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás V2, n.1, 1997. Acesso em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/17483>>
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. . Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Acesso em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>
- RODRIGUES, Andrea L. C.; COLMAN, Rosa S.; URQUIZA, Antonio H. A. **Oguata Guasu: Grande caminhada na luta para viver suas tradições**. 31ª Reunião de Antropologia, Brasília, DF, 2018.
- SACK, David. **Territorialidade humana: sua teoria e histórias**. Cambridge University Press, 1986.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E.S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular: UNESP, 2008
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. **Relatório de estudo antropológico de identificação: Terra Indígena Guarani-Kaiowá Ñande Ru Marangatu**. Portaria 1999/PRES/FUNAI de 09 de Abril de 1999. Rio de Janeiro, novembro, 2000.
- _____. **A “Entrada” no tekoha**. In: Povos Indígenas no Brasil: 196-2000, Editor C.A. Ricardo, ISA, São Paulo, 745-748, 2000.
- _____. **Do desenvolvimento comunitário a mobilização política. O Projeto Kaiowá- Ñandeva como experiência antropológica**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.
- THOMAZ DE ALMEIDA, R.F.; MURA, Fabio. **Historia y territorio entre los Guaraní de Mato Grosso do Sul, Brasil**. Revista de Índias, Volume LXIV, Número 230, pp. 55-67, ISSN:0034-834, Instituto de Historia CSIC, Madrid, 2004.
- VALENTE, Jonas. **Guarani-Kaiowá protestam após a morte de liderança**. Carta Maior, 2005. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Guarani-Kaiowá-pr-otestam-depois-de-morte-de-lideranca-/5/8725>>.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. MANA 8(1): 113-148, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100>

005>.